



Gracelino Mendes Varela Monteiro

Branqueamento de capitais: regime preventivo e repressivo cabo-verdiano

*Dissertação com vista à obtenção
do grau de Mestre em Direito na
especialidade de Direito Público*

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora da Faculdade de Direito
da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

Outubro de 2015



Gracelino Mendes Varela Monteiro

Branqueamento de capitais: regime preventivo e repressivo cabo-verdiano

*Dissertação com vista à obtenção
do grau de Mestre em Direito na
especialidade de Direito Público*

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora da Faculdade de Direito
da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

Outubro de 2015

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta de ética e disciplinar.

Lisboa, 15 de Outubro de 2015

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, João, *in memoriam*:

Pela educação que me transmitiu, pela compreensão, pelo apoio e pela
falta que faz.

À minha mãe, Atanásia:

Pelo esforço que fez para me ajudar a crescer e a ser o homem que eu
sou.

Aos meus irmãos:

Pela estima e apoio incondicional

Ao meu filho querido, Jonathan:

Pela felicidade e motivação que trouxe à minha vida.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que se apresenta corresponde à Dissertação de Mestrado em Direito Público, para obtenção do segundo ciclo de estudos, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Assim, depois de ter finalizado este trabalho, importa endereçar o meu agradecimento àqueles que, ao longo desta caminhada, contribuíram para que este trabalho fosse realizado com sucesso.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu especial agradecimento à minha orientadora, Doutora Teresa Quintela de Brito, por ter aceitado a tarefa de me orientar, pela disponibilidade, apoio, motivação, humildade, estímulo, paciência, gentileza e valiosos esclarecimentos.

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pela oportunidade oferecida para a obtenção deste grau académico.

Ao pai supremo, por me ter dado a capacidade e o espírito de luta.

À minha família, por tudo o que fizeram por mim.

Ao meu irmão Adilsom Monteiro, pelas recomendações, correcções, apoio moral, material e sugestões.

Aos meus amigos, Sandro Vasconcelos, Adilson Silva Mendes e Anilton Pires Dos Santos, pelo apoio moral e material.

A todos os meus colegas e amigos que, de uma forma ou outra, me apoiaram ao longo do meu árduo percurso académico, o meu obrigado!

MODO DE CITAR

No texto, as obras estão citadas em nota de rodapé, por referência ao nome completo do autor, título, local de publicação, editora, datas e página(s).

Relativamente aos artigos de revistas, são citados da seguinte forma: nome do autor, título, publicação, ano, número e /ou data e página(s).

No que refere aos artigos das obras colectivas, estão citados da seguinte forma: nome, título, obra colectiva, organizadores ou coordenadores, local de publicação, editora, data e página(s).

Nas notas de rodapé, a primeira citação é feita com a indicação bibliográfica completa. Nas citações seguintes, são feitas apenas a referência ao autor, o título é substituído pela sigla *op. cit.*, e o número da página que a citação alude.

Na referência bibliográfica final, utiliza-se o critério alfabético para a ordenação. Todas as obras consultadas estão mencionadas.

A jurisprudência é citada com a indicação do tribunal que proferiu decisão em causa, data do acórdão, número do processo, o relator e o correspondente *link*, excepto o acórdão do tribunal cabo-verdiano relativo ao caso “voo da águia”. Em anexo pode ser consultado o excerto citado.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ac.- Acórdão

al.(s) – alínea (s)

art.º (s) – artigo (s)

Coord.- Coordenação

CP – Código Penal

Cfr- confrontar, conforme

Et tal – entre outros

LLCCV – Lei de lavagem de capitais de Cabo Verde

Idem, ibidem- mesmo autor, mesma obra

in- Em

n.º (s) – número (s)

op.cit.- obra citada

Org.- Organização

p.(pp)- página (s)

Vide – veja

Vol.- Volume

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

Trad.- Tradução

TR-Tribunal de Relação

UIF- Unidade de Informação Financeira

DECLARAÇÃO DE NÚMERO DE CARATERES

O corpo da dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, tem um total de 151.001 caracteres.

Lisboa, 15 de Outubro de 2015

RESUMO

Como é sabido, com a eliminação das fronteiras físicas e o avanço das tecnologias de comunicação e de informação, muitas empresas que exercem as suas actividades de formas lícitas expandiram as suas actividades.

Por outro lado, surgiram também muitas empresas do crime, cuja finalidade é expandir as suas actividades criminosas (crime organizado), em que a legitimação dos produtos do crime constitui o seu principal sustento.

Assim, como fruto desta situação, na década de 80, devido à gravidade e ao desenvolvimento deste crime, muitas organizações internacionais começaram a lutar contra o branqueamento de capitais. Inicialmente, foi com a Convenção de Viena de 1988. Posteriormente, outras organizações de cariz internacionais, supranacionais e regionais começaram também a lutar contra o crime atrás mencionado.

No início, o único crime subjacente ao branqueamento era o tráfico de droga. Depois, vários Estados começaram a mostrar alguma inquietação com a situação acima descrita e acabaram por criar a legislação de combate ao branqueamento.

Cabo Verde não fugiu à regra e acabou por regular o branqueamento de capitais pela primeira vez na lei de droga, lei nº. 78/IV/93, de 12 de Julho.

O crime de branqueamento de capitais consiste na dissimulação dos produtos do crime, com a finalidade de impedir o seu confisco e a sua detecção por parte do Estado. É considerado um crime grave e lesa a realização da justiça. Ainda, põe em perigo o bom funcionamento da concorrência entre as empresas e fragiliza as intuições do estado do direito democrático, beliscando, deste modo, a imagem internacional de um Estado.

Em Cabo Verde, apesar de se ter seguido todas as orientações de combate aos níveis legislativos, até a data só houve duas condenações pelo crime de lavagem de capitais. Deste modo, fica-se com a convicção de que estamos perante um direito penal simbólico - quando um Estado, devido às pressões da comunicação social, comunidades internacionais e dos cidadãos, cria um tipo penal ineficaz, cuja finalidade é de ganhar votos, com a violação dos princípios clássicos do Direito Penal.

Palavras-chave: branqueamento de capitais, lavagem de dinheiro, lavagem de capitais, reciclagem dos produtos do crime, ocultação ou dissimulação, actividades ilícitas, proventos do crime, crime antecedente, subjacente, precedente, prévio, principal.

ABSTRACT

As it's known, with the elimination of physical boundaries and the advancement of technologies of information and communication, many companies that carry out lawful activities had their activities expanded.

On the other hand, many criminal companies whose purpose is to expand their criminal activities (organized crime) have also emerged, in which their main livelihood is the legitimization of crime products.

Thus, as a result of this situation, in the 80s, many international organizations have begun to fight money laundering, due to the severity and development of this crime. Initially, it was with the 1988 Vienna Convention, Subsequently other international, supranational and regional organizations also began to fight the crime mentioned above.

At the beginning, the only underlying laundering crime was drug trafficking. Then, several states have begun to show some concern with the above situation and ended up creating legislation to combat money laundering.

Cape Verde was not exception and eventually regulate money laundering for the first time in drug law, law number 78 / IV / 93 of July 12th.

The crime of money laundering is the concealment of proceeds of crime in order to prevent its confiscation and its detection by the State. It is considered a serious crime and undermines the achievement of justice. Still, jeopardizes the proper functioning of competition among firms and weakens the intuitions of the state of democratic right, pinching, thus the international image of a state.

In Cape Verde, despite of having followed all the guidelines of combat at legislative levels, there have been only two convictions for the crime of money laundering so far. Thus, one is left with the conviction that this is a symbolic criminal law - when a state due to pressure from the media, international communities and citizens, creates an ineffective

criminal type, whose purpose is to win votes with the violation of the classical principles of criminal law.

Keywords: money laundering, recycling of crime products, concealment or disguise, illegal activities, proceeds of crime, antecedent crime, underlying, previous, main.

INTRODUÇÃO

O Direito Penal Contemporâneo, pós-moderno ou pós-industrial, como alguns autores denominam, ao contrário do direito penal moderno, dá mais atenção ao bem jurídico colectivo do que o bem jurídico individual. Porém, o ataque ao bem jurídico supra-individual é tão grave que pode fragilizar o Estado, colocando em risco o funcionamento das instituições democráticas.

Os fenómenos da globalização e a revolução tecnológica trouxeram vantagens nos campos económicos, sociais e culturais. Todavia, com a liberdade de circulação de pessoas e capitais, um facto criminoso passou a ser plurilocalizado. E, com o avanço das tecnologias de comunicação, os criminosos passaram a dispor de meios que facilitam as suas atividades criminosas, como a internet, fazendo, deste modo, avultadas transferências bancárias sem sair de casa, e orquestrando as práticas de crimes.

O crime de branqueamento de capitais, assim como os crimes fiscais, contra segurança social, de violação de propriedade intelectual, corrupção, tráfico drogas, entre outros, são crimes que não possuem vítimas identificáveis. Isto leva-nos a afirmar que vitimizam a comunidade em geral e prejudicam a ordem socioeconómica e a administração da justiça. Devido a esta situação, a Comunidade Internacional (ONU) foi a primeira instituição a impulsionar os Estados no combate aos ditos crimes organizados, no ano de 1988, com a Convenção de Viena.

Actualmente, nota-se que o combate aos crimes económicos tende a não ser eficaz, devido à inexistência de uma autoridade mundial, tal como a que existe a nível Estadual. Não há uma cooperação judicial internacional satisfatória, não há uma uniformidade da lei penal ao nível preventivo e repressivo. Todos estes fenómenos têm contribuído para que os criminosos possam cometer crimes e continuem impunes, o que prejudica a prevenção geral, incutindo na mente da comunidade que o “crime compensa”.

Em Cabo Verde, desde 1993 que se consagrou o crime de branqueamento de capitais na lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho. Contudo, nota-se que as vertentes preventivas e repressivas da lei contra o branqueamento de capitais têm falhado, visto que acontecem inúmeros casos de violação da lei contra o branqueamento de capitais e são escassos os casos de investigação bem sucedida. Por conseguinte, os casos em que chega a haver acusação, raramente dão lugar a condenação. O arquipélago não pode ser refúgio usado pelos criminosos com o fim de legitimar e dissimular os bens adquiridos de forma ilícita.

Temos a consciência que para ser bem sucedido, o modelo montado pelo legislador, a luta contra o branqueamento de capitais deve ser travada nas frentes preventiva e repressiva. Por isso, cingiremos o nosso estudo às vertentes preventiva e repressiva.

Considera-se mais eficaz a vertente preventiva, pelo seu impacto anti-branqueamento, do que a vertente repressiva, que prima pela sua estrita relação instrumental. Há necessidade de uma conexão entre as vertentes preventiva e repressiva. No entanto, inútil seria o árduo trabalho preventivo, levado a cabo em coordenação de esforços entre entidades colaboradoras e supervisoras, se, depois de detetada a existência do branqueamento de capitais, o Estado não pudesse usar do seu *ius puniendi* contra o violador da norma, contando que o faça tendo em mira os fins de prevenção geral e especial da pena.

Cabo Verde tem cumprido sempre as recomendações internacionais no que tange a legislação penal contra branqueamento de capitais. Contudo, o combate a este crime continua a ser ineficaz, quer na vertente preventiva quer repressiva.

Para uma melhor abordagem do tema, o presente estudo encontra-se dividido em três capítulos principais: o primeiro capítulo aborda as questões relacionadas com a história e o enquadramento jurídico internacional do crime de branqueamento de capitais, com referência às vertentes

preventiva e repressiva; o segundo capítulo ocupa da vertente substantiva. Aqui, é abordado as questões relacionadas com o conceito, etapas, técnicas, causas e consequências do branqueamento de capitais e procederemos a sua distinção de figuras afins; o terceiro capítulo e último capítulo debruça sobre a norma penal cabo-verdiana contra branqueamento de capitais, tendo em conta o regime preventivo e repressivo.

Escreve-se esta dissertação segundo a antiga ortografia.

I

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO JURÍDICO
INTERNACIONAL DO CRIME “BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS”**

1. História

No âmbito do Direito, o fenómeno “branqueamento de capitais” foi, no passado, um assunto que pouco preocupava tanto é que não era debatido, discutido e estudado no pretérito. Visto que há muita controversa sobre a génese deste crime, verificamos que dizer com precisão a data do surgimento de “branqueamento de capitais” é algo que suscita alguma dificuldade.

Na época nómada da história da humanidade, devido à inexistência da propriedade privada (durante essa época, os homens viviam de um lado para outro a recolher o que a natureza lhes fornecia), não se pode falar da existência deste facto. No entanto, com a sedentarização e, conseqüentemente, com o surgimento das sociedades, das cidades, do comércio, do dinheiro, da propriedade, surgiu a luta de interesses e, concomitantemente, o fenómeno de dissimular os produtos dos crimes.

É importante referir que, naquela época, a forma como era feita a ocultação dos produtos de actos ilícitos não era tão gravosa como é na actualidade. Hoje, este fenómeno encontra-se associado ao crime transnacional, altamente organizado, causando prejuízo incalculável e pondo em causa, em certas circunstâncias, o bom funcionamento das instituições Estaduais.

A história relata que na China, há cerca de 3.000 anos, os mercadores, com a finalidade de proteger os seus bens dos governantes, já utilizavam os métodos de conversão de valores ilegítimos em legítimos. Também, reza a história, que durante a Idade Média, tendo em conta que a igreja católica criminalizava a usura, alguns fiéis procuraram disfarçar a origem dos valores obtidos através de juros.

Vários doutrinadores sustentam que este tipo penal surgiu na Idade Moderna, mais concretamente no século XVII, e tendo como sustentáculo para o seu surgimento as acções de pirataria, uma vez que muitos piratas possuíam valores originários de comportamentos ilegais. Ainda, nessa época, segundo o estudioso Jorge Duarte, há registos de piratas que utilizavam os proveitos dos

respectivos saques para obterem perdões régios.¹ A título de exemplo, a Inglaterra, durante esse período, concedeu perdão a muitos piratas. E, em troca, exigiu o direito de conservar os bens das suas actividades e a renúncia da prática desta mesma actividade.

Para a investigadora Priscila Pamela dos Santos, há cerca de 300 (trezentos), 3.000 (três mil) anos, ou até mesmo desde o início das sociedades civilizadas, a lavagem de dinheiro já era praticada, mesmo sem todos os recursos tecnológicos eficientes e velozes da actualidade, todavia era menos sofisticada e elaborada, porém já eficaz.²

Nesta narrativa, merece relevo o caso de Alphonsus Gabriel Capone (1899-1947), vulgarmente conhecido como Al Capone. A sua história começa em Chicago, no ano de 1925. Na época, este conhecido criminoso tinha um contador denominado Meyer Lansk. Inicialmente, Lansk desconhecia a forma de legitimar as grandes somas que provinham do crime de Al Capone, como assaltos aos bancos, exploração de prostituição, contrabando de armas, jogos ilícitos, vendas de álcool, entre outros. Entretanto, no intuito de legitimar as acções de Al Capone, Lansk teve a ideia de investir numa cadeia de máquinas automáticas de lavar roupa. Como era um negócio que movimentava muito dinheiro, este aproveitou a oportunidade e entrelaçou o capital lícito com o proveniente de actividades ilícitas, justificando, desta forma, os provindos do crime. Na altura, por não haver a criminalização do crime de branqueamento de capitais, Al Capone foi condenado pelo crime de fraude fiscal e não por branqueamento de capitais.

¹ DUARTE, Jorge Manuel Vaz Monteiro Dias, “Branqueamento de capitais: o regime do D.L.15/93, de 22 de Janeiro e a normativa internacional” Porto: Publicações Universidade Católica, 2002. p. 16.

² SANTOS, Priscila Pamela dos, “Apontamentos acerca da origem e evolução histórica: terminologia e evolução legislativa do injusto penal da lavagem de capitais”, in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa:Editorial Juruá, 2010, p. 108.

É de salientar que a expressão *Money laundering* (expressão inglesa com o sentido de branqueamento de capitais) só veio a aparecer mais tarde, nos jornais, durante o escândalo *Watergate*.³

A Itália é considerada, por muitos, como o primeiro país a tipificar o crime de branqueamento de capitais. Foi no ano de 1978, através da lei nº. 191 de 18 de Março que se criou o artigo 648 bis que, de acordo com Código penal italiano, fazia referência ao crime de recepção e à punição de comportamento que tinha como finalidade legitimar dinheiro, bens ou ganhos provenientes de actos ilícitos.

Na década de 80, com o fenómeno da globalização (que teve como consequência a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e o avanço das tecnologias de comunicação), as actividades empresariais passaram a ser internacionalizadas. Ao lado das empresas que exerciam as suas actividades legais, surgiram também as empresas multinacionais de crimes - criminalidades organizadas – que usavam as mais diversas formas para legitimar os produtos dos crimes. Nesta sequência, surgiu nos Estados Unidos da América uma lei, cuja finalidade era combater o tráfico de droga, através do combate ao branqueamento - *war on drugs* norte-americano⁴ - que teve início com a promulgação do *Money laundering Control Act*, de 1986. Temos, ainda, na Grã-Bretanha, *the drug trafficking offences act*, de 1986; no Panamá, a *lei de 23 de Dezembro de 1986*; em França, a lei nº. 87-1157, de 31 de Dezembro de 1987. Acresce que, a partir de 1987, a Alemanha, a Austrália e o Canadá diligenciaram também para incriminar a ocultação dos produtos do crime.⁵

³ Este caso refere-se ao escândalo político ocorrido nos EUA e teve que ver com o financiamento da campanha e reeleição de Richard Nixon. Vide PAIS, José Manuel Santos, “Cooperação internacional – perspectivas”, in *Polícia e Justiça, III Série*, Coimbra: Coimbra editora, 2004. p. 29.

⁴ STRATENWERTH, Günter, “A luta contra o branqueamento de capitais por meio de direito penal: o exemplo da Suíça”, in *Lusíada /Direito*, série II, n.º 3, 2005. p. 86.

⁵ BERNASCONI, Paolo, “Il riciclaggio de fondi di origine criminosa: cenni comparatistici di diritto penale bancario”. in MILANI, Dott – *Nueve Prospettive Di Diritto Penale Bancario*, CEDAM – Casa: Ed. Padova, 1988, p. 96.

Com a promulgação das leis supracitadas, surgiram várias reacções a nível internacional: das Nações Unidas, com a Convenção de Viena; do G7 GAFI/ FATF⁶, com as suas 40 recomendações; do Supranacional Conselho da Europa criou-se a Convenção de Estrasburgo; da União Europeia surgiu a Directiva 91/308/ CEE.

Depois do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001, a luta contra o branqueamento de capitais foi aliada à luta contra o terrorismo. Deste modo, surgiu a Directiva 2005/60/CE, juntamente com mais nove recomendações do GAFI.

2. Legislação e medidas internacionais contra o branqueamento de capitais

Devido ao aumento de fluxos monetários derivados das actividades delituosas e à crescente globalização das actividades criminais, tem-se verificado um reforço nos mecanismos para a prevenção e repressão destes tipos de condutas ilícitas, ou seja, vários organismos internacionais têm demonstrado um enorme reforço e interesse na luta contra este tipo de criminalidade, estabelecendo procedimentos idóneos para tal fim.⁷

Neste seguimento a estudiosa francesa Jacqueline Riffault justifica que “(...) dada a natureza global do branqueamento de capitais, a

⁶ FATF: Financial Action Task Force on Money Laundering. GAFI ou Grupo de Acção Financeira Internacional foi criado na “Cimeira de Paris dos sete países mais desenvolvidos”, em julho de 1989. Esta cimeira reuniu os países como os EUA, o Japão, a Alemanha (RFA), a Itália, a Inglaterra, a França e o Canadá. A finalidade era criar um organismo que reflectisse sobre o combate ao branqueamento de capitais resultante do tráfico de droga. Actualmente, são membros do GAFI, além dos países fundadores, mais vinte e sete Estados e duas organizações internacionais. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/>. Consultado em 03 de Março de 2014.

⁷ ORTIZ de URBINA, Eduardo de Porres, “Técnicas de blanqueo de capitales”. in *Estudios de Derecho Judicial*, n.º 73. 2005. p. 208.

mobilização internacional não é nova. A proliferação de reuniões, convenções e recomendações internacionais contribuíram para a consciencialização dos legisladores nacionais sobre a urgência e importância desta mobilização”.⁸ Assim, foi através do impulso internacional que vários Estados tipificaram o crime de branqueamento nos seus ordenamentos jurídicos.

2.1. No âmbito da Organização das Nações Unidas

2.1.1. *A Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicos de 1988 (Convenção de Viena)*⁹: adoptada na 6ª sessão plenária da conferência das Nações Unidas, em 19 de Dezembro de 1988, em Viena. É considerado o mais importante instrumento do foro internacional de combate ao branqueamento de capitais e serviu de modelo e inspiração aos vários ordenamentos jurídicos Estaduais no que a tipificação do crime de branqueamento de capitais diz respeito. Inicialmente, só tinha na lista dos crimes primários do branqueamento o crime de tráfico de drogas. Os Estados signatários obrigam-se a punir como crime as condutas que se tipificam como branqueamento de capitais, previstas na alínea b), i) ii) do n.º. 1 do art.º. 3º.

2.1.2. *A Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade Organizada Transnacional de 2000 (Convenção de Palermo)*¹⁰: devido às ligações existentes entre branqueamento de capitais, criminalidade económica e criminalidade organizada, a ONU considerou que a forma mais eficaz de combater a criminalidade da empresa passa pelo ataque aos

⁸ RIFFAULT, Jacqueline, “Le blanchiment de capitaux illicites: le blanchiment de capitaux en droit comparé”. in *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*. n.º 2, Avril/Juin. 1999, Dalloz. p. 231.

⁹ Ratificada por Cabo Verde através da resolução n.º71/IV/94 de 19 de Outubro.

¹⁰ Ratificada por Cabo Verde através da resolução n.º92/VI/04 de 31 de Maio.

produtos do crime, porque é através da legitimação dos produtos do crime que as empresas do ramo alimentam as futuras investidas na área criminal. Nesta linha de pensamento, a ONU adoptou no ano de 2000 a *Convenção de Palermo*, que entrou em vigor a partir do ano de 2003.

Esta convenção apresenta algumas inovações em relação à *Convenção de Viena*, uma vez que ordena a criminalização do branqueamento de capitais e inclui no rol dos crimes antecedentes todas as infracções, sugere a criação de um sistema eficaz na luta contra o branqueamento, a partir da identificação do cliente, comunicação de operações suspeitas e conservação de dados, e promove a criação de Unidade de Informação Financeira.

2.1.3. *O Programa global contra o branqueamento de capital (GPML)*: este programa está sob a tutela do gabinete de drogas e crimes da ONU e tem como objectivo aumentar a eficácia da acção internacional da luta contra branqueamento de capitais, disponibilizando técnicas especializadas, eficazes, e recomendações aos países membros.

2.1.4. *A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção de 2003 (Convenção de Mérida)*: este instrumento internacional surgiu no dia 9 de Dezembro de 2003. Em relação à luta contra o branqueamento de capitais, esta convenção reforçou padrões que já existiam nas convenções anteriores. Nos seus artigos 14, 23 e 24, a convenção equaciona o seguinte: Os Estados partes devem adoptar medidas preventivas, de supervisão das operações económicas e mantendo normas sobre a identificação, registos de operações suspeitas e denúncia das mesmas; cada Estado deve alargar o rol dos crimes antecedentes e deve fazer esforços para autonomizar o crime de branqueamento de capitais dos crimes primários e a punição deve ser levada a cabo independentemente do delito prévio.

2.2. Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) sobre o branqueamento de capitais

O Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI)¹¹ surgiu com o objectivo de criar padrões e promover a cooperação e prevenção do sistema financeiro e bancário contra o branqueamento de capitais. No ano de 2003, na sequência do acontecimento de 11 de Setembro de 2001, o GAFI foi revisto, com o propósito de alargar a sua função na luta contra o financiamento do terrorismo.

A sua missão baseia-se na existência de um relatório com 40 recomendações criado em 1990 e revisto depois do acontecimento de 11 de Setembro, com o acréscimo de mais 8 recomendações. Posteriormente, foi acrescentada mais 1 recomendação, relativa aos *cash couriers* ou transporte de dinheiro.

Para Manuel Monteiro Valente, as recomendações do GAFI sintetizam-se em três áreas cruciais:

1ª) Os Estados devem harmonizar o direito penal no que respeita às definições do crime de branqueamento de capitais, para que se possa fomentar uma melhor cooperação judiciária internacional (recomendações 4 e 7);

2ª) Os Estados devem aperfeiçoar o sistema financeiro e bancário com obrigações de identificação dos clientes, deveres de cuidado quanto a

¹¹ O GAFI regionalmente é representado pelos seguintes organismos: Grupo Ásia-Pacífico sobre o Branqueamento de Capitais (GAP); Grupo de Acção Financeira das Caraíbas (GAFIC); Conselho da Europa – MONEYVAL; Grupo Anti Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (GABCAOA); Grupo de Acção Financeira de América do Sul sobre o Branqueamento de Capitais (GAFISUD); O Médio Oriente e a África de Norte (MOAN), África Central e Ocidental (GIABA) e o Sudestes da Europa e Ásia (EURASIA).

operações anormais e de injustificação económica ou de objecto lícito aparente (recomendação 8 a 29);

3ª) Troca de informação entre as autoridades competentes para reforçar a cooperação internacional (recomendações 30 a 40).¹²

2.3. Comité de Supervisão Bancária de Basileia¹³

Este comité foi criado em 1974 pelos presidentes dos bancos centrais dos países do G10, na Basileia, Suíça, onde se localiza também a sua secretaria permanente. Ali, são discutidas questões relacionadas com a indústria bancária, visando estabelecer padrões de conduta, melhorar a qualidade da supervisão bancária e fortalecer a solidez e segurança do sistema bancário internacional.

O Comité emitiu importantes recomendações sobre o fenómeno de branqueamento de capitais, entre as quais a *Declaração de Princípios sobre o Branqueamento de capitais, Declaração de Basileia de 12 de Dezembro de 1988*. Esta declaração surgiu no seio do Comité com o desígnio de preparar as regulamentações bancárias e as práticas de vigilância de Basileia. Considera-se que não tem um carácter vinculativo, visto que sustenta que a defesa contra o branqueamento de capitais reside num conjunto de papéis incumbidos aos bancos, para evitar que os

¹² VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, “Tráfico de drogas e branqueamento (de capitais): duas grandes faces da criminalidade organizada.” in *Direito e Cidadania*. n.º 25/26, Quadrimestral, 2006/2007. p. 56.

¹³ Disponível em <http://www.bis.org/bcbs/>, Consultado em 03 de Maio de 2014. Os membros do Comité de Basileia são: os membros de Grupo Dos Dez (G) 10: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia e os Estados que não são membros de G10: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Coreia do Sul, Espanha, Luxemburgo, China, Hong Kong, Índia, Indonésia, México, Peru. Rússia, Arábia Saudita, Singapura e Suíça. Na verdade a Comité conta actualmente com 27 Estados Membros. A Sigla inglesa é *Basel Committee on Banking Supervision*.

mesmos estejam ligados aos branqueadores e que sejam utilizados para o processo de branqueamento. Assim, esta declaração adverte que os bancos devem sempre identificar os clientes, respeitar as normas da operação financeira e cooperação com as autoridades de investigação.

2.4. Conselho da Europa

No seio do Conselho da Europa, destacam-se os seguintes instrumentos:

2.4.1. A Recomendação do Conselho da Europa, de 27 de Junho de 1980, relativa às disposições contra transferência e dissimulação de fundos ilícitos: é considerada o primeiro instrumento inter-estatal para combater o branqueamento de capitais.

Nas palavras de Eduardo de Urbina, esta recomendação insta a que os clientes das entidades bancárias sejam identificados correctamente em determinadas operações, tais como na abertura de contas e depósitos, nas transferências interbancárias de certa importância e/ou em qualquer caso de segurança.¹⁴

Visto que se tratava apenas de uma recomendação, não era vinculativa para os Estados membros. No seu preâmbulo, afirma que o branqueamento de capitais suscita graves problemas, e que favorece e alimenta novos crimes. Ainda, salienta que o branqueamento tem extensão nacional e internacional, por isso, deve ser sempre analisado na política global do sistema bancário, tanto na vertente repressiva como na preventiva.

2.4.2. A Convenção n.º 141 do Conselho de Europa, assinada em 8 de Novembro 1990, relativa ao branqueamento, detecção, apreensão e

¹⁴ ORTIZ de URBINA, Eduardo de Porres , *op. cit.* p. 210.

perda dos produtos do crime (Convenção de Estrasburgo): surgiu durante a 15ª Conferência dos Ministros Europeus da Justiça, realizada entre os dias 17 e 19 de Junho de 1986, em Oslo, Noruega. De acordo com o investigador Jorge Manuel Duarte, ali foram discutidos os aspectos penais do abuso e tráfico de drogas, bem como a necessidade de erradicar o tráfico de drogas, mediante a apreensão e declaração da perda dos proveitos que gera.¹⁵ Também, desta convenção surgiu a ideia de que a luta contra a criminalidade grave é um problema supra Estadual e um dos métodos do seu combate passa pela privação do criminoso dos produtos do crime.

2.4.3. *A Convenção n.º 198 do Conselho da Europa relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime e ao Financiamento do Terrorismo do ano de 2005 (Convenção de Varsóvia):* de forma sumária, esta convenção surgiu em 2005 e fez a revisão e o alargamento da Convenção de Estrasburgo.

2.5. A União Europeia

Dentro da União Europeia, temos os seguintes instrumentos:

2.5.1. *A Directiva 91/308/ CEE – Directiva do Conselho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capital:* Foi a primeira manifestação legislativa da União Europeia no que concerne à luta contra o branqueamento de capital, seguiu o conceito do branqueamento de capitais proclamado pela Convenção de Viena e assegura que os Estados-membros podem incluir, além do crime do tráfico de drogas, outras actividades criminosas, como terrorismo, jogos clandestinos, redes de imigração ilegal, no rol dos crimes subjacentes.

¹⁵ DUARTE, Jorge Dias, *op. cit.* pp.48-49.

2.5.2. *A Directiva 2001/97/CE – Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Dezembro de 2001*: esta Directiva, que alterou as quarentas recomendações do GAFI, de 1996, teve a necessidade, no âmbito da União Europeia, de rever a Directiva de 91/308/CEE. Assim, surgiu a Directiva de 2001/97/CE, fazendo emergir um conjunto de infracções subjacentes ao branqueamento de capitais, além do já existente tráfico de droga. Incluíram a associação criminosa, a fraude grave, a corrupção e/ou qualquer infracção punível com uma pesada pena de prisão. Além disso, esta Directiva reforçou alguns deveres, entre os quais o dever de identificação dos clientes, que já recaía sobre as entidades financeiras, aumentou a lista das entidades e pessoas sujeitas a deveres de prevenção do branqueamento de capitais, designadamente os auditores técnicos, os técnicos de contas externos, os consultores fiscais, os agentes imobiliários, os notários e outros profissionais forenses liberais, como os advogados, os solicitadores, os negociantes de bens de valores elevados, os leiloeiros e os casinos.

2.5.3. *A Directiva de 2005/60/CE – Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, de 26 de Outubro de 2005*: é mais detalhada do que as directivas anteriores. Teve como suporte as 40 recomendações do GAFI, na versão 2003. Ainda, ampliou o âmbito dos sectores a ser regulados e atacou expressamente o financiamento do terrorismo devido ao ataque terrorista às torres gémeas no dia 11 Setembro de 2001.

Segundo Banja Satula, esta Directiva, como possui instrumentos com critérios mais exigentes, revogou a Directiva 91/308/ CEE. Assim, recomenda sanções adequadas, proporcionais e dissuasivas; identificação mais rigorosa dos clientes; introdução da figura do beneficiário efectivo; alargamento do âmbito das entidades sujeitas ao dever de comunicação;

protecção especial dos empregados das instituições que comunicam às autoridades uma transacção suspeita.¹⁶

2.6. Grupo *Egmont* de Unidades de Inteligência Financeira¹⁷

Tendo em conta que o branqueamento de capital é um crime plurilocalizado, devido à conexão que tem com vários Estados e à existência de uma Unidade de Informação Financeira¹⁸ ao nível infra Estadual, o *Grupo de Egmont* nasceu como necessidade de criação de um organismo mundial que juntasse as diversas Unidades de Informação Financeira dos vários Estados.

Estas unidades reuniram pela primeira vez no dia 9 de Junho de 1995, no Palácio de Egmont Arenberg, em Bruxelas, Bélgica, criando assim o que hoje é conhecido como “*Grupo de Egmont*”. O Grupo tem como objectivos primários impulsionar a cooperação internacional no âmbito da informação e da sua partilha, fiscalizar e controlar bens, e troca de experiências e formações. A partir de 2004, nas suas funções, houve a inclusão da informação financeira sobre o financiamento do terrorismo.

Actualmente, existem cerca de 105 países com Unidade de Informação Financeira.

2.7. Grupo Wolfesberg de Bancos

A associação supra mencionada foi fundada na Suíça, no ano de 2000, e o nome escolhido é uma homenagem ao Château Wolfsberg. O

¹⁶ SATULA, Banja, “Branqueamento de capitais”. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010, p. 63.

¹⁷ Disponível em www.egmontgroup.org/. Consultado em 05 de Maio de 2014.

grupo tem como objectivo criar métodos de combate ao branqueamento de capitais na área financeira, através da técnica *conheça o seu cliente*.

A partir 2002, a associação acrescentou aos seus propósitos o combate ao financiamento de terrorismo e em 2007 adicionou também o combate à corrupção no rol dos seus objectivos. Refere-se que o grupo possui onze associados de entre os bancos globais, tais como: Banco Santander, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays; Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, J.P. Morgan Chase, Société Générale e UBS.¹⁹

2.8. Secretária da Commonwealth

A Secretária da Commonwealth é uma organização composta actualmente por cinquenta e três Estados independentes, e cooperam-se entre eles nas diversas áreas. O branqueamento de capitais constitui umas das áreas centrais desta cooperação. Salientamos que os Estados que compõem a Associação, com a excepção de Moçambique, tiveram a influência imediata ou mediata do domínio Anglo-Saxónico.

No que tange à luta contra o branqueamento de capitais, esta Instituição fornece apoio aos seus membros na aplicação das recomendações do GAFI.²⁰

2.9. Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas – CICAD/OEA²¹

¹⁹ Disponível em <http://www.wolfsberg-principles.com/index.html>. Consultado em 07 de Julho de 2014.

²⁰ Disponível em <http://thecommonwealth.org/>. Consultado em 07 de Julho de 2014.

²¹ Disponível em http://www.cicad.oas.org/main/default_eng.asp. Consultado em 08 de Julho 2014.

Esta comissão surgiu em 1986 no ceio da Organização dos Estados Americanos (OEA). É uma organização regional, composta por 35 Estados. A CICAD foi criada para combater o tráfico de droga no Continente Americano. No entanto, em 1999, no ceio da CICAD, foi criada a *CICAD's Anti-Money Laundering* (AML), uma secção da CICAD que tem como finalidade a luta contra o branqueamento de capitais.

2.10.GIABA²²

O Grupo de Acção Intergovernamental contra o branqueamento de capitais na África Ocidental, GIABA, foi criado pela Comunidade Económica dos Estados do Oeste Africano, CEDEAO/ECOWAS, pelos Chefes dos Estados e dos Governos, no dia 10 de Dezembro de 2000.

Inicialmente, a sua missão principal consistia em proteger as economias e os sistemas financeiros dos países do oeste africano contra o branqueamento de capitais. No entanto, verificamos que em Janeiro de 2006, devido aos ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos da América, no dia 11 de Setembro de 2001, os Estatutos do GIABA foram revistos a fim de reflectir a crescente ligação entre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

O GIABA é também considerado um órgão regional do estilo GAFI, que aderiu plenamente às 40 + 9 Recomendações do GAFI. Ainda, o GIABA é tido como uma instituição da CEDEAO, responsável pela prevenção e controle de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo naquele território africano.

²² GIABA – *Inter Governmental Action Grup Against Money Laundering In West Africa*. Disponível em <http://www.giaba.org/>. Consultado em 05de Maio de 2014. Estados Membros do GIABA: Cabo Verde, Benim, Gambia, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, São-tomé e Príncipe, Serra Leoa, Burquina Faso, Costa de Marfim, Níger, Gana, Mali, Senegal, Togo e Guiné-Conacri.

Em suma, das análises aos vários instrumentos intra e supranacionais de luta contra o branqueamento de capitais, podemos ver que no início a intenção primária destes era de atacar os lucros da droga. Todavia, com o passar do tempo, estes instrumentos passaram a usar a luta contra branqueamento de capitais para combater também outros crimes, como criminalidade organizada, financiamento do terrorismo, entre outros.

Também, importa dizer que, do estudo das legislações e medidas internacionais de combate ao branqueamento de capitais resulta, de forma notória que os organismos internacionais atacam a vertente preventiva, deixando a vertente repressiva e a tipificação do crime de lavagem de dinheiro às disposições dos Estados. É visível que isto se justifica com a inexistência de um tribunal internacional. Talvez, no futuro, caso o branqueamento de capitais passe a constar do rol dos crimes contra a humanidade, possamos vir a ter o Tribunal Penal Internacional com competência para reprimir o branqueamento de capitais.

II

DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS

1. Conceito

O conceito mais utilizado por vários ordenamentos Estaduais é o da Convenção de Viena e da Convenção do Palermo. Segundo estas duas convenções, o branqueamento de capitais pode ser conceitualizado como:

1.^a) “(...) conversão ou transferência de bens, quando o autor tem o conhecimento que esses bens são provenientes de qualquer infracção ou infracções de tráfico de drogas ou a participação nessa ou nessas infracções, com o objectivo de ocultar ou dissimular a origem ilícita desses bens ou de ajudar pessoa envolvida na prática dessa ou dessas infracções a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos (...)”

2.^a) “(...) ocultação ou a dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimento, propriedade de bens ou direitos a eles relativos, com o conhecimento de que provêm de uma infracção ou infracções ou da participação nessa ou nessas infracções (...)”

3.^a) “(...) aquisição, detenção ou utilização de bens, com o conhecimento, no momento da sua recepção, de que provêm de qualquer infracção ou infracções ou da participação nessa ou nessas infracções (...)”

Além das definições sugeridas pelas convenções acima mencionadas, outros órgãos e autores debruçaram-se também sobre o assunto. O GAFI, por exemplo, define o branqueamento de capitais como utilização e transformação de produtos de crime para dissimular a origem ilícita, a fim de legitimar os proventos resultantes da actividade criminosa.

O espanhol Fabián Caparrós refere-se ao crime de branqueamento como o processo tendente a obter a aplicação em actividade económicas

legais de uma massa patrimonial derivada de qualquer tipo de conduta ilícita (...).²³

Para o professor Paulo de Sousa Mendes, o branqueamento de capitais pode ser entendido como a operação através da qual o dinheiro de origem ilícita é ocultado e, posteriormente, recuperado para a utilização no circuito económico.²⁴

Isidoro Blanco Cordero afirma que o branqueamento de capitais se centraliza no maquilhar os benefícios de origem ilícita para que pareça lícita.²⁵

Jorge Godinho considera que o branqueamento de capitais “é legalmente descrito não como um conjunto mais ou menos circunscrito de condutas concretas, mas sim, mais ampla e, genericamente, como um processo destinado a certo fim, a ocultação ou dissimulação de um conjunto de características de bens de origem ilícita (origem, localização, disposição, movimentação, propriedade)”. O mesmo autor acrescenta que o processo de branqueamento de capitais se resume à transformação do dinheiro proveniente de actividades ilícitas em dinheiro lícito, utilizando processos complexos através das instituições financeiras.²⁶

²³ FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A., “El delito de blanqueo de capitales”, Madrid: Colex, 1998.p.76.

²⁴ MENDES, Paulo de Sousa, “O branqueamento de capitais e a criminalidade organizada”. *in Estudos de Direito e Segurança*, Coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Coímbra: Almedina. 2007, p.337.

²⁵ CORDERO, Isidoro Blanco, “La lucha contra el blanqueo de capitales procedentes de las actividades delictivas en el marco de la Unión Europeas”, *in EGUZKILORE: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología*, San Sebastián, n.º 15, Dez. 2001, p.9.

²⁶ GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, “Do crime de «branqueamento» de capitais: introdução e tipicidade”, Coímbra: Almedina. 2001, p. 13.

Stefano Manacorda refere que o branqueamento de capitais inclui todas as transacções de dinheiro de natureza económica e financeira, com o fim de integrar no circuito legal, capital que provém de actividades ilícitas, tradicionalmente como tráfico de drogas e, hoje, mais amplamente, qualquer delito de certa gravidade.²⁷

Para André Luis Callegary, o branqueamento de capitais é o conjunto de operações mediante as quais os bens ou o dinheiro resultantes das actividades delitivas são ocultados e, posteriormente, integrados no sistema económico ou financeiro.²⁸

Em síntese, podemos constatar que estas noções são semelhantes. Todavia, uns enveredam pela situação trifásica proposta pela GAFI (que abordaremos mais adiante), outros pela ocultação ou dissimulação e, ainda, alguns juntam as duas situações. No entanto, em todas elas estão presentes a ideia de que o branqueamento de capitais é um processo pelo qual se procura “distanciar” um bem da sua origem ilícita, conferindo-lhe uma aparência de licitude ou, por outras palavras, “dissimulando-lhe a sua origem ilícita”²⁹, ou seja, transformar uma vantagem obtida de forma criminosa numa obtida de forma legal.

2. A expressão “branqueamento de capitais”

Os vários ordenamentos jurídicos e estudiosos do tema usam os seguintes termos/expressões: branquear, lavar, reciclar, normalizar,

²⁷ MANACORDA, Stefano, “La réglementation du blanchiment de capitaux en droit international: Les coordonnées du système”. in *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*. n.º 2, Avril /Juin 1999, Dalloz, p. 251.

²⁸ CALLEGARY, André Luis, “Problemas pontuais da lei de lavagem de dinheiro”. in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 8, Jul./Set. 2000, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. p. 184.

²⁹ GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, *op. cit.* p.38.

regularizar, converter, legitimar, legalizar, naturalizar, dinheiro, bens, valores, produtos, activos, capitais, direitos. Como refere Jorge de Almeida Cabral, “estas expressões são metafóricas, com sentido de gíria: branquear o que é negro, limpar o que é sujo ou clarear o que é escuro”.³⁰

Para Jorge Godinho, a palavra «branqueamento» “(...) evoca quer uma ideia de ilicitude («escuridão», «sujidade») quer uma ideia de transformação das aparências ou falsificação da realidade – precisamente, o «branqueamento», «reciclagem» ou «lavagem». «Branquear» bens será tornar aparentemente lícitos objectos que têm, na verdade, uma origem ilícita”.³¹

Quanto à etimologia, o “branqueamento de capitais”, como conversão do dinheiro sujo em limpo, teve a sua origem na expressão inglesa *money laundering*, expressão que se assemelha, também, às outras expressões inglesas, como *match fixing*³² ou *drug running*.³³ Ainda, na origem, podemos ter em consideração os métodos que as máfias americanas usavam para legitimar os proventos do crime, a partir de 1920.

Stefano Manacorda considera que a conotação essencial e o denominador comum destas operações estão representados pela “lavagem

³⁰ CABRAL, Jorge de Almeida, “O crime de branqueamento de capitais”. in *Blanqueo de Dinero y Corrupción en el Sistema Bancário: Delitos Financieros, Fraude y Corrupción en Europa*, Coord.: Juan Carlos Ferré Olivé, Enzo Musco, et al, Vol.II. Salamanca: Ed. Universidade de Salamanca, 2002. p. 73.

³¹ GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, *op. cit.* p. 27.

³² Combinação antecipada dos resultados de uma competição desportiva.

³³ Tráfico de droga.

de dinheiro sujo”, como é visível nos termos utilizados pelos diferentes sistemas jurídicos.³⁴

Quanto à utilização dos termos com o sentido de “branqueamento de capital”, nos países mais influentes na luta contra este crime, verificamos que na região francófona a maioria usa a expressão *blanchiment d’argent*; em Itália, é designado por *reciclaggio de denaro sporco*; na América hispânica, é tratado por *lavado de dinero*; no Brasil, utiliza-se o termo *lavagem de dinheiro*; na Alemanha, temos a expressão *geldwäsche*; em Espanha, é tratado por *blanqueo de capitales ou dinero*; na Suíça francófona, temos a expressão *blanchissage d’argent* e na Suíça alemã e Áustria, usam-se o termo *geldwäscherei*; na Rússia, emprega-se a expressão *otmyvanige* e no Japão, *Shikin no sentaku*.

Em Cabo Verde, os especialistas e a jurisprudência que abordam o assunto usam, de forma indiscriminada, os termos “lavagem de capitais”, “lavagem de dinheiro” e “branqueamento de capitais”. Consideramos que estas designações são frutos das influências dos ordenamentos jurídicos luso-brasileiros.

Achamos que a discussão quanto ao uso do melhor termo não é relevante, isto porque, no geral, os termos são sinónimos. O branquear algo, tornar algo branco, limpar ou lavar só acontece em algo sujo, manchado, tingido, com nódoa ou negro. Em relação ao segundo elemento justaposto, dinheiro, capital, valores, bens, são também termos sinónimos. Contudo, comungamos parcialmente da opinião de Jorge Godinho ao referir que o termo correcto seria “branqueamento de bens”, uma vez que o uso de “bens” seria mais abrangente do que os termos capitais ou dinheiros.³⁵

³⁴ MANACORDA, Stefano, *op. cit.* p. 251.

³⁵ GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, *op. cit.* p.30.

Na nossa modesta opinião, o melhor termo seria “vantagens”, consideramos ser esse termo mais abrangente. Reforça correctamente essa posição o pesquisador Fabián Caparrós, dizendo que, evidentemente, há ocasiões em que o produto obtido directamente do crime não é efectivamente dinheiro.³⁶ O que nos leva a concluir que nem sempre se recicla dinheiro. Porém, ao longo da nossa abordagem usamos os termos supra como sendo sinónimos.

3. Etapas ou Fases do branqueamento de capitais

Como é sabido, o dinheiro é o meio de pagamento mais usado no quotidiano e no mundo do crime. Todavia, os agentes do crime raramente guardam grande quantidade de dinheiro na casa onde residem. Por isso terão que inventar formas de guardar e justificar os bens que provêm de crime.

Günter Stratenwerth refere que “o branqueamento de capitais é um processo que se desenrola, em regra, através de uma multiplicidade de fases. No começo, está habitualmente a aplicação no mercado de numerário proveniente, por exemplo, do comércio da droga ou da extorsão, cuja origem é dissimulada. Na segunda fase, por meio de uma rede complexa de contas de sociedades frequentemente intrincadas umas nas outras, a maior parte das vezes espalhadas por vários países, até que, por exemplo, na forma de um empréstimo inocente retorne à esfera de domínio do organizador e pode ser investido por ele em empreendimentos totalmente legais”.³⁷

De entre os modelos usados para explicar a técnica do branqueamento de capital destacamos:

³⁶ FÁBIÁN CAPARRÓS, Eduardo A., *op. cit.*p.65.

³⁷ STRATENWERTH, Günter, *op. cit.* p.89.

3.1. Modelo do GAFI ou trifásica

Este modelo tem por base as recomendações do GAFI, e entre nós é defendido por autores como: Paulo de Sousa Mendes³⁸, A.G. Lourenço Martins³⁹ e Nuno Brandão⁴⁰ que asseguram que a execução do crime de branqueamento de capitais é trifásica, ou seja, passa por três fases distintas.

1ª) *Colocação (placement stage)*: consiste na introdução de bens ou produtos, na maioria das vezes, o dinheiro, no circuito financeiro e económico, através de bancos, casas de câmbios e instituições de investimentos. Também, pode ser executada através do fraccionamento dos capitais em pequenas quantias que são depositadas, porventura com apoio de funcionário(s) da banca, e/ou através de contrabando do próprio dinheiro ou bens resultantes do crime. Segundo Jorge Patrício Paúl, é a fase mais delicada e a mais evidente, visto que permite detectar melhor o processo de branqueamento que se pretende iniciar.⁴¹

2ª) *Dissimulação, camuflagem, transformação ou mascaramento (layering stage)*: nesta fase, de acordo com André Luís Callegary, procede-se à realização de transacções consecutivas, criando várias camadas (*Layers*) entre a origem real do dinheiro e a que se pretende que seja visível. O objectivo principal passa por dissimular a origem dos fundos e

³⁸ MENDES, Paulo de Sousa, *op. cit.* p.337.

³⁹ MARTINS, A.G. Lourenço, “Branqueamento de capitais: contra-medidas a nível internacional e nacional”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Ano 9,Fasc.3,Jul/Set. 1999, Coimbra: Coimbra editora, p.454.

⁴⁰ BRANDÃO, Nuno, “Branqueamento de capitais: o sistema comunitário de prevenção”, Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p.15.

⁴¹ PAÚL, Jorge Patrício, “ A banca perante o branqueamento de capitais” in *Revista da Banca*, nº. 26, Abril – Junho de 1993, p.48.

ocultar todos os elementos documentais que possam permitir a reconstrução dos movimentos financeiros efectuados.⁴² É considerada a fase mais propícia para o sucesso da investigação.

3ª) *Integração (integration stage)*: aqui, investem-se os bens e os produtos já “lavados” em diversos tipos de operações económicas e sempre numa perspectiva de longo prazo, nomeadamente dinheiro que é aplicado em actividades lícitas, que pode ser a compra de bens de luxo, materiais preciosos, valores mobiliários, órgãos de comunicação social ou investimento em actividades económicas. É, pois, consensual entre os diversos autores a forma como o processo se desenvolve. O conhecimento do processo deverá facilitar a tomada de medidas preventivas do fenómeno.

3.2. Modelo da Federação da Banca da Comunidade Europeia

O modelo adoptado pela federação da Banca da Comunidade Europeia também distingue três fases que os recicladores usam para branquear dinheiro.⁴³

1ª) *Placement*, introdução dos proventos do crime no sistema bancário.

2ª) *Estratificação*, séries de difíceis operações financeiras, cuja finalidade é ocultar a origem dos bens e impedir que as autoridades detectem a origem ilícita.

3ª) *Integração*, consiste na agregação dos bens do crime no circuito económico e dando lhes uma aparência de bens adquiridos de forma legal.

⁴² CALLEGARY, André Luis, *op. cit.* p.185.

⁴³ FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A., *op. cit.* pp .51-52.

3.3. Modelo Naturalista de Zünd ou Ciclo de Água

Modelo que corresponde ao nome do fundador, o suíço André Zünd. Este, para explicar as fases do branqueamento de capitais, compara as fases da reciclagem com as do ciclo de água.⁴⁴

1ª) *Precipitação*: refere-se ao dinheiro que provém das actividades ilícitas/ do crime antecedente.

2ª) *Filtração*: o dinheiro recolhido na actividade ilícita é submetido a uma primeira fase do branqueamento.

3ª) *Corrente de água subterrânea ou rios subterrâneos*: o dinheiro flui através de contactos dentro das organizações e é convertido em outros bens.

4ª) *Desaguamento ou lagos subterrâneos*: neste caso o dinheiro é entregue a outra área de organização para efectivar a sua transferência para o estrangeiro.

5ª) *Nova acumulação ou lagos comuns*: o dinheiro é transferido para especialista em branqueamento de capitais a troco de uma comissão.

6ª) *Estação de bombeio*: os capitais são depositados em entidades financeiras.

7ª) *A instalação de um purificador de água*: utilização de “testas de ferro” que movimentam o dinheiro de conta em conta para encobrir o rasto do crime.

⁴⁴ ARÁNGUEZ SÁNCHEZ, Carlos, “ El delito de blanqueo de capitales”, Madrid – Barcelona: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales SA, 2000, pp.37-38.

8ª) *Utilização desses recursos ou aproveitamento*: agrupamento dos dinheiros dispersos e selecção dos investimentos legais, a médio e curto prazo.

9ª) *Evaporação*: dinheiro branqueado cujo rasto foi suprimido é reencaminhado para o país do destino.

10ª) *Nova Precipitação*, O dinheiro branqueado é aparentemente legalizado é investido ou se destina a alimentar organização criminosa, e termina o ciclo.

3.4. Modelo de FinCEM (*The financial crime enforcement network*) ou Modelo Circular do Departamento do Tesouro dos EUA

A doutrina norte americana elaborou o modelo circular, que em certa medida se assemelha ao modelo de Zünd, e que se centra no efeito multiplicador do branqueamento.⁴⁵

Segundo esse modelo, a lavagem de capitais inicia-se com a produção de riqueza que provém de sucessivos actos criminosos pequenos, posteriormente introduzida na economia legal e investida em actividades ilegais e legais. Esses activos dão ao criminoso maior pujança financeira, conseqüentemente expande a sua capacidade no mundo do crime e realiza acções criminosas de maior lucro, produzindo novas e maiores riquezas ilícitas do que aquelas com que iniciou a reciclagem dos produtos do crime.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.38.

3.5. Modelo Teleológico de Ackermann

Modelo criado pelo suíço Ackermann, inspirado nos objectivos das etapas de branqueamento de capitais. Distingue objectivos primários ou principais, secundários e complementares.

1ª) *Principais*: evitar o confisco dos bens e disfrutar deles, correspondendo à ocultação física dos bens do crime.

2ª) *Secundária*: misturar o dinheiro do crime com dinheiro de origem lícita.

3ª) *Complementares*: evitar o julgamento dos autores do crime antecedente.

3.6. Modelo de duas fases de Bernasconi

Modelo fundado por Paolo Bernasconi, denominado de duas fases, porque considera que o criminoso quando pretende legitimar bens do crime usa duas etapas:

1ª) *Branqueamento do primeiro grau (Money laundering)*, conjunto de actuações num curto espaço de tempo que têm como finalidade fazer desaparecer os indícios que ligam os bens ao crime que lhes deu origem.

2ª) *Branqueamento do segundo grau (recycling)*: operação a médio e longo prazo cuja finalidade é introduzir na economia legal o produto do crime, desta forma criando a confusão entre o património ilícito e os rendimentos das actividades lícitas.

Da análise das técnicas atrás referidas, conclui-se que as teorias usadas para explicar o método que os branqueadores usam para lavar vantagens do crime são semelhantes. Porém, há fases que são enfatizadas numa teoria de forma expressa e suprimidas noutra teoria. É notório que os modelos enveredam pelo branqueamento de capitais efectivado através

das instituições financeiras. Todavia, importa referir que, sobretudo na actualidade devido à vigilância que existe no sector financeiro, este sector tem estado a ser menos utilizado pelos criminosos para lavar os proventos das actividades ilícitas.

Importa referir que nem sempre os criminosos, para branquear produtos do crime, imperativamente usam instituições financeiras. Muitas vezes, o processo do branqueamento efectiva-se fora das instituições financeiras. A título de exemplo, imaginemos que o criminoso com o dinheiro do crime adquiriu um carro de luxo e ofereceu-o ao filho para não deixar rasto à investigação. Num outro caso, o criminoso vende 4 kg de cocaína e recebe, como pagamento, um imóvel, simulando com o proprietário do imóvel uma compra e venda. Obviamente que, nos dois casos, se está perante branqueamento de capitais, sem ser realizado através das instituições financeiras. No branqueamento verifica-se, simultaneamente, a primeira (colocação) ou a segunda (conversão) e a terceira fase (integração).

Comungamos da ideia de que a metodologia de branqueamento varia de acordo com a pessoa que branqueia, o seu poderio económico, as suas necessidades, o seu nível de escolaridade, a área de formação, os seus contactos sociais, as equipas de que dispõe para a execução. Por isso, na época actual, raramente se utiliza as instituições financeiras, devido à fiscalização existente.

4. Modus Operandi

Não é fácil enumerar de uma forma exacta as técnicas usadas pelos branqueadores, para legitimar as vantagens do crime e, no dizer de Fabián Caparrós, os métodos utilizados são inumeráveis.⁴⁶

⁴⁶ FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A. , *op. cit.*, p.80.

Os caminhos que os branqueadores utilizam para legitimar os bens ilícitos são variadíssimos e cada dia mais sofisticados. Modernamente dispõem de meios tecnológicos de comunicação, de pessoas conhecedoras, especialistas, que os ajudam na legitimação dos capitais ilícitos, desde contabilistas, economistas, engenheiros informáticos e de telecomunicações etc. De entre as técnicas mais usadas pode destacar-se:

4.1.Cumplicidade das Instituições financeiras

O branqueamento de dinheiro é facilitado, quando estamos perante instituições dominadas ou controladas pelos indivíduos que estão conectados ao mundo do crime. Assim, os funcionários do banco são subornados. Isso faz com que o processo de branqueamento de capitais seja facilitado, desde a colocação até à integração.

4.2.Contrabando de Moedas

Consiste no transporte físico ilegal do dinheiro de um Estado para outro Estado, desrespeitando as leis que regulam o transporte material do dinheiro (saída e entrada) desse país para outro país e vice-versa.

4.3. Mistura do dinheiro

Constitui desde logo a técnica utilizada pela máfia norte-americana, que se servia da lavandaria para branquear os proventos do crime resultantes do tráfico de droga. Neste método, os branqueadores aproveitam-se duma empresa legal e, a partir dos patrimónios lícitos que provêm daquela empresa, fazem a mescla dos patrimónios lícitos com os rendimentos que provêm do crime. Este método assemelha-se ao café com leite: depois de misturado não se consegue destringar o café do leite e o inverso.

4.4. Uso de facturas de importação e exportação falsas

O uso de facturas falsas por empresas de importação e exportação é muito eficaz para reintegrar os rendimentos ilícitos na economia. Essa técnica inclui o fabrico de documentos falsos de entrada para justificar o recebimento dos fundos, posteriormente depositados em bancos e/ou a valorização de documentos falsos de exportação, para justificar os fundos recebidos do exterior.

4.5. Através de operações financeiras ou “Cuckoo Smurfing”

Consiste na entrega de pequenas quantias ao banco, através de muitos depósitos de baixo valor feitos por pessoas diferentes, evitando a suspeita, ou em países sem a ameaça de confisco. Posteriormente, o dinheiro é transferido da conta do banco receptor, para outro banco nacional ou estrangeiro, dissimulando-se desta forma a origem ilícita do dinheiro.

4.6. Compra e venda de bens com simulação de preço

A aquisição de activos é o método usado com muita frequência pelos branqueadores, passa pela aquisição de bens imóveis, carros de luxo, avionetas, *Yates*, etc. Muitas das vezes o branqueador compra os bens em nome de outras pessoas próximas, para ludibriar as autoridades. Além disso, os recicladores simulam muitas compras e vendas, com a finalidade de branquear capitais, e/ou vendem bens por valor inferior ao preço declarado.

4.7. Promoção de eventos

Técnica usada com frequência pelos branqueadores, consiste na realização das actividades de lazer, como espectáculos, competições desportivas, cinema etc. No final, os branqueadores declararam ter vendido o valor de ingresso por preço superior ao que na realidade praticaram.

4.8. O *Hundi* no Paquistão, *Hawalla* na Índia e *Chop Shop* ou *Chitti* na China

Técnica característica dos países asiáticos, especificamente os da religião muçulmana. É uma técnica antiga e nela vigora a confiança, certeza e lealdade. Funciona através de um “negócio” feito entre os comerciantes existentes em diferentes países, da seguinte forma: o criminoso que está na posse de produtos do crime num país, quer colocar estes produtos num outro país. Para o efeito, ele entrega os bens a um comerciante no país onde ele inicialmente se encontra e este que recebe os produtos do crime deve autorizar que um outro comerciante conhecido entregue o valor recebido no país onde o criminoso pretende ter os capitais do crime.

4.9. Compra de activos

A aquisição de activos é método usado com muita frequência pelos branqueadores. O branqueador adquire bens imóveis em nome de outras pessoas próximas, para ludibriar a investigação. Esta técnica tem como finalidade substituir o dinheiro por outros bens igualmente valiosos, mas menos visíveis para as autoridades.

4.10. Empresas fictícias e empresas de fachada

Seguindo o escrito de Banja Satula⁴⁷, empresas fictícias “são aquelas que estão formalmente constituídos e materialmente inexistentes, com endereços forjados, imóveis inexistentes (...)”, na prática não exercem nenhuma actividade económica, visto que a sua criação tem como fim branquear capitais.

⁴⁷ SATULA, Banja, *op. cit.*, pp. 37-38.

A empresa de fachada é uma empresa formal e materialmente existente, que participa do processo económico, realizando actividades lícitas e cuja finalidade não é ter lucro, mas lavar dinheiro.

No caso das empresas fictícias, o branqueador introduz os bens do crime no sistema económico e financeiro em nome dessas empresas, enquanto nas empresas fachadas o branqueador mistura os bens lícitos das empresas com os do crime.

4.11. Aquisição de objectos antigos, de arte e jóias, pedras e metais preciosas

Na maioria das vezes, o criminoso tem grande quantidade de dinheiro físico para transportar de um país para outro, facto que não é fácil devido à ilegalidade desse transporte. Em substituição, os branqueadores acabam por comprar objectos antigos, jóias, pedras e metais preciosas, tendo em conta a facilidade de transporte desses objectos.

4.12. Através jogos de fortuna e azar

Através desse caminho há muitas formas de reciclar os produtos do crime. Uma delas consiste na compra do bilhete que foi sorteado num concurso: o branqueador localiza a pessoa que é titular do bilhete sorteado e compra esse bilhete por valor superior ao prémio; depois o criminoso levanta prémio como se fosse ele o premiado. Ainda dentro desta técnica, os criminosos apostam nas casas de jogos grande quantidade de dinheiro, correndo o risco de perder mais do que ganhar, mas quanto ao que ganham, têm como justificar a sua procedência.

4.13. Através dos Bancos Offshore

Os bancos *offshore* são os bancos que exercem as suas actividades nos paraísos fiscais. Estes últimos são Estados não colaboradores na luta

contra o branqueamento de capitais, onde o segredo bancário é intocável. O que facilita o labor de quem branqueia.

4.14. Simulação de empréstimo

O branqueador solicita um empréstimo para realizar uma actividade ou adquirir um activo, oferecendo como garantia do débito bens que provêm do crime. Depois o criminoso voluntariamente não realiza o pagamento do débito e o credor penhora os patrimónios oferecidos em garantia.

4.15. Prestação de serviços

Nestes casos, o reciclador normalmente exerce uma actividade liberal, em cujo exercício há sempre dificuldade em ser controlado o montante dos honorários que auferir. Assim, mistura o dinheiro que ganha lícitamente com o dinheiro sujo. Este é um método muito usado por Advogados e outros profissionais liberais.

Cabo Verde, devido à sua situação geográfica, é utilizado pelos traficantes como ponto de escala, na ligação entre a América Latina e o continente Europeu. Os bens, que provêm da venda de droga e de outros crimes graves, entram em Cabo Verde através de várias formas. Uma delas é através das alfândegas, devido à falta de controlo dos funcionários desse organismo estadual. Os branqueadores também fazem os bens do crime entrar em Cabo Verde através de “correios”, isto é, pessoas, na maioria de nacionalidade cabo-verdiana, que vão passar férias a esse país africano. Os criminosos confiam a essas pessoas pequenas quantias de dinheiro para que, em Cabo Verde, as entreguem aos familiares ou pessoas de confiança dos criminosos, sendo depois os fundos depositados numa conta bancária em Cabo Verde, ou, utilizados, maioria das vezes, na compra e construção de imóveis, de carros transporte público, etc.

Os branqueadores recorrem igualmente à organização de eventos (festivais e espectáculos musicais), a discotecas, supermercados, restaurantes e bares, utilizando a técnica de facturações falsas para reciclar os produtos do crime.

É habitual a utilização de cambistas informais, que trocam as moedas estrangeiras em escudos cabo-verdianos, entregando-os aos familiares ou pessoas de confiança dos criminosos. Normalmente, vão depois realizar o depósito do numerário em moeda nacional ou investem no sector do imobiliário.

Actualmente, verifica-se a proliferação de igrejas, muitas delas de fachada, cuja finalidade é branquear dinheiro.

Em Cabo Verde, muitos dos bens branqueados têm origem no estrangeiro. Os branqueadores são pessoas vistas como emigrantes. O que dificulta a investigação, visto que é difícil estabelecer a conexão entre os seus bens e alguma actividade ilícita que geradora desses proventos.

É sabido que os criminosos andam muitos passos à frente em relação à prevenção e investigação das suas formas de actuação. Deste modo, as técnicas de lavar bens sofrem uma constante mutação, o que dificulta a investigação. Nota-se que existe da parte dos criminosos uma criatividade enorme no que concerne às técnicas de branquear os bens do crime.

5. Factores que propiciam o branqueamento de capitais

Com a supressão das fronteiras físicas, o mundo passou a ser uma aldeia global, fruto disso surgiram empresas multinacionais, que exercem actividades legais, passaram a expandir as suas actividades em vários continentes. Em paralelo a essas empresas surgiram as verdadeiras empresas do crime, que também tentam expandir as suas actividades

ilícitas em várias partes do mundo. De entre os factores que contribuem para que a actividade de branqueamento se efective destacam-se os seguintes:

5.1.A globalização do mercado e da economia

Um dos efeitos perversos da globalização é sem dúvida o desenvolvimento, numa dimensão sem precedentes, de uma criminalidade internacional, também ela global.⁴⁸

A globalização dos mercados, da economia e dos fluxos financeiros, levou à eliminação das fronteiras físicas, permitindo a liberdade de circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Isto possibilitou o crescimento de várias organizações criminosas/empresas do crime, com estrutura hierarquizada, que se aproveitam dessas liberdades para praticar o crime, criar um poderio económico cada vez maior e expandir as suas actividades criminosas. Fruto disso, no campo do Direito Penal, houve a necessidade de estabelecer a responsabilidade penal aos entes colectivos.⁴⁹

Contudo, mesmo dentro do que se pode convencionar chamar de economia legal, constata-se a impregnação pela criminalidade organizada e económica de extensos sectores de actividade, atractivos como meio de

⁴⁸ FERRAJOLI, Luigi, “ Criminalidade e Globalização “ trad. de Eduardo Maia Costa, *in Revista do Ministério Publico*, Ano 24, n.º 96, Out- Dez de 2003,p.7.

⁴⁹ Sobre esta questão consulta Teresa Quintela de Brito, “ Responsabilidade criminal de entes colectivos”, *in Direito Penal Económico e Financeiro: Conferências de Pós- Graduação de Aperfeiçoamento*, Coord. de Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias, et tal, 1º. Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp 227-253, e “ Domínio da organização para a execução do facto: Responsabilidade penal de entes colectivos, dos seus dirigentes e “actuação em lugar de outrem”, vol..I e II, *Dissertação de Doutoramento em Direito, n..p., Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*,2012.

reciclagem e lavagem das enormes receitas de capitais produzidas pelas actividades ilícitas, como o tráfico de armas, de droga, de metais preciosas, de pessoas, da corrupção e da fraude (...).⁵⁰

No caso de Cabo Verde, não se pode negar que a integração regional na CEDAO facilitou a internacionalização do crime, especialmente do tráfico de droga.

O mundo sem fronteiras fez do arquipélago um país menos tranquilo do que era há 20 anos, um país onde as drogas das mais diversas tipologias são do conhecimento comum. Em consequência disso, a criminalidade moderna aumentou sem precedentes.

Tudo isso facilitou a vida do criminoso, que passou a viver numa aldeia sem controlo, onde o direito ficou fragilizado. Com a globalização o crime organizado alastrou. Porém, a luta contra a criminalidade no mundo global só será eficaz se houver a globalização do combate, se a luta for feita por um Estado ou grupo isolado de Estados, o sucesso será difícil para não dizer impossível. Assistimos a uma “Globalização do crime”⁵¹, o seu combate só será eficaz se também for “Globalizado”.

5.2.Os avanços nas tecnologias de informação e de comunicação

A revolução e avanço nas novas tecnologias, quer da informação quer das telecomunicações, trouxeram vantagens no campo económico, social e cultural para a sociedade actual. É inegável que, na época contemporânea, as sociedades laboram com base nas tecnologias da

⁵⁰ BRAVO, Jorge dos Reis, “Criminalidade económico-financeira e organizada: um desafio sem resposta? Para um conceito estratégico de prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e organizada”, *in Revista do CEJ*, n.º16, 2º Semestre 2011, p.155.

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

informação e comunicação. Todavia, ao par dessas vantagens, as novas tecnologias facilitaram a vida aos criminosos, que passaram a mudar constantemente de método e forma de actuar, assumindo um comportamento camaleónico de difícil combate.

Na nossa época, a lavagem de dinheiro é uma das manifestações do crime transnacional. O criminoso organizado “aprendeu a dominar as novas tecnologias e a utilizá-las a seu favor, facilitando assim o desenvolvimento das suas actividades ilícitas. A evolução das comunicações permitiu-lhe actuar à distância e estabelecer contactos a nível internacional, enquanto a informática possibilitou a criação de novos métodos e, até, de novos tipos de crime”.⁵²

Actualmente o criminoso pode, usando a internet, fazer avultadas transferências bancárias sem sair de casa, usando os serviços de comunicação modernos como telemóvel e Internet, orquestrar a prática de crimes num instante. Os criminosos também podem, através dos jogos de fortuna e azar *online*, jogar sem sair de casa e lavar dinheiro que provém do crime.

As novas tecnologias, sobretudo a nível de *software* de impressão e *de scanner*, facilitaram a vida dos criminosos através da falsificação, permitindo-lhes forjar títulos de propriedade de bens, passaportes e outros documentos de identificação pessoal, facilitando assim a sua mobilidade e bloqueando o seu controle pelas autoridades de diferentes países. No nosso entender, as novas tecnologias estão a ser muito mais proveitosas para os criminosos do que para as investigações e a segurança dos diferentes Estados. Com o avanço nas novas tecnologias de informação e de telecomunicação, os criminosos passaram a fazer inúmeras transacções

⁵² CARAPIÇO, Helena, “ O Crime organizado e as novas tecnologias: uma faca de dois gumes, *in* Revista Nação e Defesa, 3ª Série, n.º 111, Verão de 2005, p. 177.

financeiras em poucas horas. O que nos leva a afirmar que estão em vantagem em relação à investigação, que demora meses ou anos a tentar reconstituir o caminho dos movimentos financeiros e, muitas vezes, reconstituem o caminho tardiamente.

5.3. Inexistência de uma Autoridade Mundial eficaz

O crime de branqueamento de capitais é um dos crimes de que mais se tem falado no campo das organizações internacionais. A nível supranacional e regional é objecto de várias convenções e conferências internacionais. São várias as organizações que o têm no rol dos crimes que tencionam combater. Tendo em conta que a produção legislativa penal (substantiva e adjectiva) não é da competência de nenhuma organização, mas sim de cada Estado, é notório que cada Estado legisla em matéria de crime de branqueamento de acordo com os seus interesses económicos, sociais e políticos. Ou seja, não há uma uniformização legislativa no que concerne à tipificação desse crime. Tudo isto favorece o branqueador, que tenta quase sempre usar os ordenamentos mais flexíveis, com menos dureza penal, para levar a cabo a sua actividade de reciclagem de dinheiro.

Portanto, a inexistência de uma autoridade mundial que legisle sobre as vertentes preventiva e repressiva do branqueamento de capitais tem facilitado a vida dos criminosos que pretendem justificar os proventos ilícitos. Por isso, na nossa modesta opinião, a ausência de um poder mundial, tal como o que existe a nível Estadual, tem favorecido a actividade de quem pretende lavar bens. Essa carência tem contribuído para que os criminosos cometam crimes e continuem impunes.

5.4. Existência dos paraísos fiscais ou *tax havens*,

Os paraísos fiscais são Estados que emergiram ou chegaram à autonomia na segunda metade do século XX. Por isso, tentam atrair

empresas para ter recursos financeiros”⁵³, oferecem isenção fiscal, atribuem vantagens financeiras que não têm rigor no que concerne à luta contra o branqueamento de capitais, protegem o sigilo bancário e que é quase sempre difícil ser quebrado, a fim de atraírem os branqueadores de capital. Nesses países a pobreza e as dívidas reinam, como consequência, estes Estados necessitam de capital. Com esse fito, tentam atrair os criminosos, oferecem baixas taxas de tributação, a supervisão bancária praticamente não funciona, não são signatários das convenções internacionais nas áreas de branqueamento de capitais.⁵⁴

5.5. A valorização da vertente material do ser humano

No mundo actual, em muitos cantos do globo, o “parecer” do ser humano é mais valorizado do que o “ser”. Cabo Verde não foge à regra, a parte humanística e espiritual do ser humano veio dar lugar ao materialismo que caracteriza a época contemporânea. Tudo isso, criado pela própria sociedade capitalista. Na época actual, a valorização pessoal e o *status* social dependem dos bens que a pessoa tem. Por isso, o ser humano quer enriquecer, não escolhendo os meios. Na terra das ilhas, devido à vulnerabilidade social, ao atraso cultural e à pobreza, a população vê com bons olhos as pessoas que escolhem a via criminal para enriquecer.

Mesmo nas camadas mais jovens, sobretudo entre os que não tiveram oportunidade de estudar, há sempre aquela ambição de enriquecer de forma fácil. Preferem vender drogas e enriquecer “da noite para dia” a passar toda vida a trabalhar sem nunca conseguir ter uma boa habitação

⁵³ Urbina Ortiz, *op cit*, p. 217.

⁵⁴ Exemplos de paraísos fiscais: Suíça, Andorra, Bahamas, Chipre, Costa Rica, Emiratos Árabes Unidos, Ilhas Fiji, Gâmbia, Gibraltar, Guiana, Honduras, Jordânia, Koweit, Libéria, Luxemburgo, Liechtenstein, Mónaco, Ilhas Maldivas, Panamá, Qatar, Samoa Americana, Seychelles, São Marino, etc.

ou um bom carro. Fazem tudo isso com o propósito de passarem a ser valorizados pela sociedade. Neste âmbito, o branqueamento de capital é um dos crimes pós-modernos, que ganhou muito com a valorização da vertente material do ser humano.

5.6. A pobreza, desemprego e a ganância

Embora o crime de branqueamento de capitais seja um crime cujos autores são em regra pessoas poderosas, que controlam as grandes empresas do crime, é inegável que muitos daqueles que são recrutados para colaborar com esses criminosos no branqueamento de capital, são pobres ou desempregados de cuja vulnerabilidade económica os criminosos se aproveitam. Como é sabido, a desigualdade económica leva o indivíduo ao desespero, os criminosos aproveitam-se das necessidades dos mais vulneráveis e servem-se delas para os levar a colaborar nas suas actividades criminosas.

Também acontece que pessoas com emprego, uma vida razoável, por exemplo, funcionários bancários, gerentes de agências imobiliárias, advogados, contabilistas e engenheiros, são frequentemente aliciados pelos criminosos e pela ganância a colaboraram nas actividades de reciclagem de benefícios do crime.

6. Consequência

Não será difícil calcular o número de homicídios ou de furtos de auto-rádios, dada a natureza evidente ou exposta desse tipo de criminalidade.⁵⁵

No que tange ao branqueamento de capitais, esse cálculo é quase impossível. Em Cabo Verde não há uma estimativa. Estima-se que, a nível mundial, são branqueados anualmente de 2 a 5 % de Produto Interno Bruto

⁵⁵ CANAS, Vitalino, "O Crime de branqueamento: regime de prevenção e de repressão", Coimbra: Almedina, 2004.p.7.

global⁵⁶, o equivalente a 15 vezes a riqueza anualmente produzida pelos portugueses no ano de 2011, aproximadamente a 1815 vezes o Produto Interno Bruto de Cabo Verde no mesmo ano.⁵⁷ O crime de branqueamento de capitais tem consequências:

6.1. Ao nível da realização da Justiça

O branqueamento de capitais ameaça a boa administração da justiça, na medida em que dificulta a investigação, identificação e punição dos autores dos crimes subjacentes, sejam quais forem⁵⁸, alimenta a corrupção dos agentes ligados à justiça, desde magistrados, polícias e oficiais da justiça, fazendo recair o descrédito sobre a justiça e incutindo na população a ideia de que só os pobres poderão ser julgados e condenados.

6.2 No âmbito económico (micro e macro-económico):

Este fenómeno contribui para que os criminosos tenham o domínio de grandes sectores de economia, “(...) prejudicando as normas da concorrência, logo reflectindo-se nefastamente em interesses como os dos consumidores, dos trabalhadores, das empresas, de um harmonioso planeamento do território, de um ambiente que preserve padrões de qualidade aceitáveis entre nós”.⁵⁹

6.2.1. Micro-Económico

A nível micro-económico, o branqueamento de capitais prejudica a concorrência, visto que, com a criação de empresas de fachadas e fictícias,

⁵⁶ BRANDÃO, Nuno, *op. cit.*, p.17 e CANAS, Vitalino, *op. cit.*, p.7.

⁵⁷ Segundo Indexmundi, in <http://www.indexmundi.com>, O PIB de Portugal no ano de 2011 foi de 246.9 bilhões de dólares e de Cabo Verde no mesmo ano foi de 2.04 bilhões de dólares.

⁵⁸ CANAS, Vitalino, *op. cit.*, p.17.

⁵⁹ BRAVO, Jorge dos Reis, *op. cit.* p.155.

a *priori* a intenção do criminoso não é o lucro, nem agir de acordo com as regras do mercado, mas sim incorporar na economia legal os produtos do crime, vendendo os bens a preços inferiores, prejudicando desta forma a concorrência em relação às empresas que se comportam atendendo às regras legais do mercado.

6.2.2. *Macro Económico*

A este nível o branqueamento de capitais ameaça as políticas económicas pré-estabelecidas, prejudicando as economias ditas emergentes, como é o caso de Cabo Verde.

6.3 No plano Político e Social

A influência nefasta do branqueamento de capitais, que se sente no sector económico, estende-se, por sua vez, ao sector político e social.⁶⁰

No que tange ao impacto político, o branqueamento de capitais tem efeitos negativos, pois frequentemente os criminosos corrompem os políticos através do financiamento das respectivas campanhas com bens do crime. A partir daí os criminosos mentalizam-se que, tendo comprado os dirigentes do país, a sua tarefa fica mais facilitada (e por vezes fica mesmo). Dessa forma acabam por ameaçar o funcionamento das Instituições Estaduais, pondo em risco o Estado do Direito Democrático.

Relativamente ao impacto social, são incalculáveis os prejuízos sociais que esse crime pode causar à sociedade. São crimes levados a cabo por pessoas poderosas, com condições económicas e financeiras para atrair e contratar novos participantes. O que faz com que um Estado tenha muitas pessoas jovens que acabam por enveredar por esse caminho, prejudicando o futuro do próprio país.

⁶⁰ VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, *op.cit.*p.46.

Também importa lembrar que esse tipo de crime permite que os criminosos detenham mais força e prolonguem a actividade criminosa, deste modo aumentando os esforços estaduais no seu combate. Esforços estes existentes ao nível do investimento na área de investigação, assistência médica e medicamentosa aos toxicodependentes.

Este crime prejudica de forma negativa a imagem do país, tirando-lhe a credibilidade e confiança internacional. Os grandes investidores deixam de investir nos países onde é largamente praticado o branqueamento de capitais, de modo que aumenta o poderio dos criminosos, que influenciam os resultados eleitorais, fragilizam as instituições do Estado do Direito e ameaçam a própria existência do Estado.

Nessa medida, o branqueamento de capitais constitui uma das piores ameaças da nossa época.⁶¹

7. Distinção de figuras afins

7.1. Encobrimento⁶²

O branqueamento de capitais, nas convenções internacionais e nos diferentes ordenamentos jurídicos, tem como condutas típicas as seguintes: *converter, transferir, ajudar, ocultar, dissimular* e a actual lei cabo-verdiana contra o branqueamento acrescenta ainda, no seu artigo 24 n.º 3, *adquirir, receber, utilizar, detiver ou conservar* vantagens do crime.

O encobrimento *lato sensu* tem como condutas típicas: *auxiliar, ajudar, impedir, iludir, ocultar, receber, adquirir, conservar, etc.*

⁶¹ MENDES, Paulo de Sousa, *op. cit.*, p.339.

⁶² O legislador penal cabo-verdiano diferentemente do legislador luso usa o termo “encobrimento” no art.º 336º do CP para se referir ao favorecimento pessoal.

Ambos são crimes autónomos e crimes derivados. Têm natureza jurídica semelhante, o que dificulta a distinção das condutas subsumíveis ao crime de branqueamento e ao crime de encobrimento.

Estamos perante o branqueamento de capitais quando os bens do crime são ocultados ou dissimulados, a fim de integrarem a economia legal com aparência de bens legais. Enquanto o encobrimento consiste na ajuda ou auxílio, para que o delito não seja descoberto e para que a punição não seja efectuada, ou para que o agente do crime antecedente tire benefício do crime cometido.

O encobrimento subdivide-se em:

7.1.1. *Receptação*⁶³

A receptação, ao contrário do branqueamento de capital, vem regulada desde o direito romano, na lei de XII Tábuas. No início era vista como cumplicidade no crime antecedente, foi só no século XIX que ganhou autonomia.

Quer o branqueamento de capitais, quer a receptação são crimes derivados, isto é, surgem depois do cometimento de um crime precedente. As condutas típicas da receptação são: *dissimular, ocultar, adquirir, receber, conservar, detiver, transmitir*, e as do branqueamento são: *converter, transferir, auxiliar a conversão ou transferência, ocultar, dissimular, etc.*

Na receptação, o crime precedente constitui um crime contra o património, enquanto no branqueamento o crime prévio constitui qualquer

⁶³ Vide o art.º 230º CP cabo-verdiano.

crime. Na opinião do Juiz Lourenço Martins o branqueamento consiste num *plus* em relação à receptação, vai para além da receptação.⁶⁴

A incriminação da receptação tutela o património de outra pessoa, enquanto o branqueamento, tutela a realização da justiça, a nosso ver, ofende a administração da justiça. Esta uma ideia que será mais aprofundada no capítulo seguinte.

O agente do crime da receptação é pessoa diferente daquela que cometeu o crime antecedente, isto é, não se pune a auto-receptação, enquanto que, no crime de branqueamento de capitais, o agente do crime tanto pode ser quem cometeu o crime precedente como quem não o cometeu, isto é, pune-se o auto branqueamento.

Na receptação o agente do crime contra o património quer desfazer-se do bem, o receptor pretende o lucro. Pelo contrário, o agente do crime anterior através do branqueamento pretende manter os bens ilicitamente adquiridos, disfarçados e transformados, a fim de poderem ser inseridos no mercado lícito.⁶⁵

7.1.2.Favorecimento pessoal

À semelhança da receptação, o favorecimento pessoal também já vem regulado desde o Direito Romano.

As condutas típicas do favorecimento pessoal são: *impedir, frustrar ou iludir* a actividade probatória da autoridade competente destinada a descobrir a verdade dos factos, ou *prestar auxílio* com objectivo de impedir execução da pena ou medida de segurança contra quem cometeu um

⁶⁴ MARTINS, A.G. Lourenço, *op.cit.*, pp. 451-452.

⁶⁵ CABRAL, José de Almeida, *op.cit.*p.

crime. As condutas típicas do branqueamento são: *converter, transferir, auxiliar a conversão ou transferência, ocultar, dissimular, adquirir etc.*

O bem jurídico protegido no favorecimento pessoal e no branqueamento de capitais é a administração da justiça.

O sujeito activo do crime de favorecimento pessoal terá que ser pessoa diferente da que cometeu o crime anterior. O auto-favorecimento é impunível. O mesmo não acontece no crime de branqueamento de capital, que pode ter como sujeito activo o agente do crime primário ou pessoa diferente dele.

O favorecimento consiste em qualquer comportamento que prejudique a boa administração da justiça, enquanto o branqueamento é qualquer acção que tem como finalidade transformar produtos do crime num produto aparentemente obtido de forma legal.

Em forma de conclusão, seguindo o conselheiro Lourenço Martins, é inevitável a proximidade do branqueamento ou mesmo alguma forma de identidade com as figuras tradicionais do encobrimento, na forma de *receptação* ou do *favorecimento*.⁶⁶ Constata-se que não é fácil a coexistência entre o branqueamento de capitais e o encobrimento (receptação e favorecimento pessoal). Nota-se uma aproximação entre o branqueamento de capital, a receptação e o favorecimento pessoal. Aproximação que ressalta da análise do art.º 24º da actual lei cabo-verdiana contra o branqueamento capital. Há uma série de condutas semelhantes. A título de exemplo, o n.º 1 do citado artigo ao referir-se a quem “(..) *auxiliar ou facilitar alguma dessas operações, como fim de dissimular a sua origem ilícita (...)*”, deixa a ideia de que estamos perante a receptação. Ainda no mesmo número, “(..) *ajudar qualquer pessoa*

⁶⁶ MARTINS, A.G. Lourenço, *op.cit.* p.451.

envolvida na prática da infracção principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos (...)” está também muito perto do favorecimento pessoal. Esta semelhança descobre-se ainda n.º 3 do mesmo art.º: “(...) *quem adquirir ou receber a qualquer título, utilizar, detiver ou conservar vantagens do crime*”. Este número dá a ideia de que estamos perante o tipo penal da receptação. Entretanto, todas essas semelhanças colocam o problema da interpretação e concurso. Porém, importa referir que a nosso ver está-se perante o branqueamento quando estamos perante condutas idóneas de ocultação ou dissimulação com a finalidade de impedir o Estado a detecção e o confisco dos produtos que provêm de um crime subjacente ao branqueamento de capitais.

III

NORMAS PENAIS CABO-VERDIANAS CONTRA O “BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS”

1. A lei de Droga, lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho

O crime de «branqueamento» ou de «lavagem» de capitais não está previsto no novo CP de Cabo Verde (2004), por opção do legislador cabo-verdiano. Entendeu-se que crimes como o tráfico de estupefacientes ou de branqueamento de capitais, tal como contrabando ou grande parte dos chamados crimes económicos, deveriam ser objecto de legislação especial. E assim tem sido até agora.⁶⁷

O legislador cabo-verdiano desde o início até à actualidade, legislou sobre o branqueamento de capitais através de normas extravagantes e, não optando pela alteração do CP, tal como foi feito em Portugal através da lei n.º 11/ 2004, de 27 de Março, que passou a constar do art.º 368º – A do CP Português; em Espanha com o art.º 301º do CP; Itália art.º 648*bis* do CP; Suíça art.º 305*bis* e 305*ter* do CP; Alemanha art.º 261º do CP; Bélgica no art.º 505º n.º2 do CP e em França arts.º 324-1 a 329-9 do CP.

Devido às controversas doutrinárias e jurisprudenciais relativas aos crimes económicos em geral e de reciclagem de capitais em particular, perfilhamos a ideia de que não se deve incluir no CP a incriminação do tipo atrás mencionado. Esta posição é também defendida pelo Ilustre professor José de Faria Costa, que sugere a não inclusão no CP das incriminações que tutelam bens jurídicos supra-individuais devido à sua mutabilidade.⁶⁸ Além disso, a própria construção dogmática do crime de branqueamento de capitais ainda está numa fase algo embrionária e superficial. O que faz com que o legislador ande constantemente a alterar o CP, facto que não é

⁶⁷ FONSECA, Jorge Carlos, “O crime de lavagem de capitais: uma perspectiva crítica dogmática e de política criminal, em especial a partir da experiência legislativa cabo-verdiana”. in *ASFIC- PJ E IDPCC – FDUL (Org.)*, 2º. Congresso de Investigação Criminal, Coimbra: Almedina, 2010. pp. 265-266.

⁶⁸ COSTA, José Faria, “Direito Penal Económico”, Coimbra: Ed. Quarteto, 2003. p.43.

compatível com esse tipo de complexo legislativo, que é feito para ter uma durabilidade considerável.

No final da década de 80, houve uma preocupação nos EUA com o combate ao tráfico de droga, usando como técnica o ataque ao branqueamento de capitais. Com a globalização e internacionalização deste crime, esta preocupação estendeu-se às organizações internacionais, que tiveram a preocupação de inventariar instrumentos internacionais de combate ao tráfico de drogas, às organizações criminais e à criminalidade económica. Devido à transnacionalidade deste crime e à incapacidade dos Estados isolados de conseguirem, de forma eficaz, o combate a este tipo de crime, várias organizações internacionais assumiram esta competência.

Por este motivo, a comunidade internacional achou que combater os produtos do crime poderia ser uma das formas eficazes de atacar os cartéis de drogas e a criminalidade organizada, ou seja, consideraram que ao atacar os lucros do tráfico de droga estariam a enfraquecer os criminosos. Deixá-los impunes é fazer com que perpetuassem no crime, por disporem de valores para alimentar o ciclo criminal.

Assim, no início da década de 90, por impulso da comunidade internacional, houve em várias partes do globo uma proliferação da legislação estadual de combate ao branqueamento de capitais.

Cabo Verde, em particular, não fugiu a este ambiente, sendo o país referido pelas organizações internacionais como um dos que escolheram a criminalização do branqueamento de capitais como meio para atacar a criminalidade organizada. Este país africano consagrou no ordenamento jurídico-penal substantivo o crime de branqueamento de capitais, como um ilícito típico novo. Nesta sequência, a primeira lei cabo-verdiana que criminalizou a lavagem de dinheiro foi a lei de droga, lei n.º 78/IV/93 de 12 de Julho. Ao nosso ver, esta legislação teve como fonte de inspiração o

Decreto-lei Português nº. 15 /93, de 22 de Janeiro, e cumpriu os ditâmes da Convenção de Viena. No seu art.º 7.º, conceitualiza o branqueamento de capitais nos seguintes termos:

1. *“Quem converter, sabendo que os bens ou produtos são provenientes da prática, sob qualquer forma de participação, de tráfico de droga”*
 - a) *Converter, transferir, auxiliar, ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência desses bens ou produtos, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, com o fim de ocultar ou dissimular a sua origem ilícita ou de auxiliar uma pessoa implicada na prática de qualquer uma dessas infracções a eximir-se às consequências jurídicas dos seus actos, é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos;*
 - b) *Ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação, propriedade desses bens ou produtos ou de direitos a eles relativos, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos;*
 - c) *Os adquirir ou receber a qualquer título, utilizar ou deter ou conservar, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.*

A incriminação do branqueamento de capitais surgiu com a finalidade de combater o tráfico de drogas. Por isso, na fase inicial, o único crime precedente ao branqueamento de capitais era o tráfico de droga, nas situações plasmadas nos arts.º 3º (drogas de alto risco), 4º (drogas de risco), 5º (precursores), 6º (tráfico de menor gravidade), 8º (agravação) e 9º (traficante-consumidor).

2. A lei n.º 17/ VI/ 2002

É a primeira lei específica para a prevenção e repressão da “lavagem de capitais e de outros bens”, tal como foi referido pelo legislador da altura.

Com a preocupação internacional do combate às organizações criminosas e ao financiamento do terrorismo, procurou-se aumentar o rol dos crimes subjacentes ao branqueamento de capitais. Esta preocupação foi manifestada na Convenção de Palermo e Cabo Verde não deixou passar despercebida essa preocupação. Em vista disso surgiu a nova lei, que veio alargar o catálogo dos crimes precedentes do branqueamento de capitais.

Neste caso, pela lei n.º 17 / VI/ 2002, de 16 de Dezembro, passaram a constar do catálogo dos crimes subjacentes: o terrorismo, o rapto, o tráfico de menores, o abuso sexual de menores, o comércio de pornografia infantil, o lenocínio, o tráfico de armas, a extorsão de fundos, a corrupção, o peculato, a administração danosa em unidade do sector público, a apropriação ilegítima de bens do sector público ou cooperativo, a fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito e infracções económicas-financeiras. Este alargamento da lista dos crimes subjacentes também sucedeu na lei anti branqueamento portuguesa de então. No que tange à acção típica, manteve-se a da lei que a antecedeu.

3. A nova lei anti-branqueamento: Lei n.º 38/VII/2009 de 20 de Abril

Devido à variedade de técnicas que os branqueadores usam para dissimular os bens de origem ilícita, o legislador cabo-verdiano, tal como outros, tentou atacar o branqueamento de capitais através da face preventiva e repressiva. Por isso, o legislador revogou a antiga lei anti-branqueamento e criou uma nova lei sobre a “lavagem de capitais, bens, direitos e valores” (doravante denominada LLCCV).

A nova lei insere-se na categoria das leis anti-branqueamento de terceira geração⁶⁹, portanto, eliminou o catálogo dos crimes-base, passando a constar como infracção principal qualquer crime, enquanto facto típico e ilícito (basta um facto típico e ilícito – cfr. art.º 24º/3 da Lei n.º 38/VII/2009).

A luta contra o branqueamento de capitais só será eficaz se a vertente preventiva funcionar, por isso consideramos que a primeira linha de intervenção deve ser a preventiva. É nesta linha que o legislador antecipa o controle sobre o fluxo financeiro e de bens, através do sistema de cooperação activa por parte dos intermediários financeiros e não financeiros. A segunda linha de intervenção tem um carácter repressivo e consiste na aplicação de sanções a todos os que dissimulam ou escondem o capital de origem criminosa e o incorporam no sistema financeiro e/ou reinvestem nas actividades económicas.

Imperativamente que terá de haver uma dependência entre a face preventiva e a repressiva. No entanto, escusado seria o esforço despendido ao nível preventivo, levado a cabo em coordenação de esforços entre entidades colaboradoras e supervisoras, se, depois de detetada a existência do branqueamento de capitais, o Estado não pudesse usar do seu *ius puniendi* contra o violador da norma, investigando-o, acusando-o e, havendo prova bastante, condenando-o. E, desta forma, contribuindo para que as finalidades das penas não se frustrem.

⁶⁹ Costuma-se dividir as leis de branqueamento em três gerações: as da primeira geração têm como crime antecedente o tráfico de drogas; as da segunda apresentam uma listagem de crimes subjacentes; e as da terceira consideram qualquer crime (facto ilícito-típico) como precedente ao branqueamento de capitais.

4. Regime Preventivo⁷⁰

O momento preventivo da luta contra o branqueamento é, ao nosso ver, a ocasião de extrema importância para a eficiência e o sucesso desta luta. Portanto, se a vertente preventiva falhar, a repressiva raramente terá sucesso.

Segundo Vitalino Canas, foi gradualmente criado um conjunto de regras e de procedimentos administrativos que envolvem entidades públicas e pessoas privadas com vista a uma actuação preventiva – e em certa medida também repressiva –, com vista a evitar que o crime se cometa, ou a detectá-lo eficazmente uma vez cometido.⁷¹

O sistema de prevenção baseia-se num conjunto de deveres impostos aos sujeitos financeiros e não financeiros, cuja finalidade é impedir o uso do dinheiro do crime por parte do criminoso. O ordenamento jurídico cabo-verdiano impõe aos colaboradores os seguintes deveres:

1º) *Deveres de identificação e verificação da identidade*: este princípio concretiza o adágio “conheça o seu cliente/*know your costumer*”. Este dever vem plasmado no art.º 8º da LLCCV, segundo o qual as entidades financeiras devem identificar todos os seus clientes, sejam eles pessoas singulares e colectivas, sempre que com eles tiver qualquer relação de negócio.

⁷⁰ Para um estudo mais aprofundado, cfr: CANAS, Vitalino, *op. cit.* pp 77-138; “As medidas de natureza preventiva contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo”. in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Cood. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010, pp. 485-554; “Branqueamento de capitais: noções elementares do regime jurídico de prevenção e repressão e evolução previsível”. in *Problemas Jurídicas da Droga e da Toxicodependência*. Coord. de Dário Moura Vicente, Vol.II, Coimbra: Coimbra Editora. 2004. pp. 201-249.

⁷¹ CANAS, Vitalino, *op.cit.*p.77.

No entender do Vitalino Canas, esse dever consiste na imposição de entrega dos elementos de identificação dos clientes e respectivos representantes, sejam eles pessoas singulares ou colectivas.⁷² Em caso de ausência de documento de identificação, as entidades financeiras devem recusar qualquer operação pretendida pelo cliente.

2º) *Dever de diligência continuada*: vem regulado no art.º 9º da lei anti-branqueamento, implica que as entidades financeiras devem exercer uma atenção continuada sobre a relação de negócio e examinar de perto as transacções executadas, de modo a assegurar que sejam consistentes com o seu conhecimento do cliente, as suas actividades comerciais e o seu perfil de risco e, quando exigível, apurar a origem dos seus fundos.

3º) *Dever de diligência acrescida*: vem equacionado no art.º 14º da lei de luta contra lavagem de capitais. As entidades financeiras devem prestar especial atenção à identificação do cliente e à natureza das operações que, pela sua frequência, volume inusitado, estrutura complexa, ou aparente falta de finalidade de natureza económica ou legal, levantam suspeitas de se encontrarem ligadas à prática dos crimes previstos na presente lei. As entidades financeiras, para além da identificação, devem inteirar-se da origem e destino dos fundos e da verdadeira natureza da operação, não devendo referir ao cliente as suas suspeitas.

4º) *Deveres de conservação de documentos*: segundo o art.º 15º da LBCCV, as entidades financeiras devem conservar, sob qualquer forma de suporte, cópias dos seguintes documentos: de identificação, por período de cinco anos depois do encerramento da conta ou do fim da relação de negócio; e os documentos de operações, também por um período de cinco anos a seguir à execução da transacção.

⁷² *Idem, ibidem*, p.89.

5º) *Dever de informação*: regulado no art.º 19º da lei em análise, diz que as entidades financeiras devem fornecer, ao Juiz ou ao Ministério Público, informação e documentos para efeitos de investigação do crime de lavagem de capitais.

6º) *Deveres especiais de colaboração*: segundo o art.º 20º da lei, as entidades financeiras devem informar imediatamente a Unidade de Informação Financeira, nomeadamente por fax ou correio electrónico, logo que saibam ou suspeitem que quaisquer fundos ou bens que recebam ou se encontrem inscritos nos seus livros são provenientes dos crimes previstos no art.º 24º da LLCCV, ou sempre que tenham conhecimento de quaisquer factos que possam constituir indícios da prática daqueles crimes.

7º) *Dever de criar mecanismos de controlo e formação*: estes deveres vêm previstos no art.º 17º da lei. Segundo Vitalino Canas, trata-se de dois deveres instrumentais em relação ao cumprimento de todos os restantes deveres até aqui desenvolvidos. Isto é, não existem por si próprios, mas apenas em função do objectivo do cumprimento dos restantes.⁷³ O dever de controlo consiste na adopção e implementação de procedimentos que visam atingir o cumprimento dos deveres referidos anteriormente. O dever de formação consiste no dever de formação contínua dos funcionários e empregados, com o objectivo de os preparar para detectarem operações de branqueamento de dinheiro.

Todos os deveres mencionados são extensivos aos órgãos de supervisão e de fiscalização, como o Banco de Cabo Verde e a Inspecção-geral de jogos. Estes órgãos devem fiscalizar o cumprimento dos deveres mencionados, sempre que tenham conhecimento ou fundada suspeita de factos que indiciam o branqueamento de capitais. Em seguida, devem

⁷³ *Idem, ibidem.* p.122.

comunicar à Unidade de Informação financeira e esta, por sua vez, deve comunicar ao Ministério Público.

A questão do cumprimento de deveres, sobretudo, o de colaboração, muitas vezes é beliscado, porque as entidades a quem se impõem tais deveres prosseguem a obtenção de lucro. Por isso, na maioria dos casos, recusam afastar os clientes, sobretudo os que tem poderio financeiro. Assim, raramente as transacções suspeitas são comunicadas à Unidade de Informação Financeira e, conseqüentemente, a vertente preventiva fica aquém do desejado. Consideramos que há uma necessidade de sensibilizar estas entidades e uma destas formas passa pela concessão de benefício fiscais às entidades cumpridoras dos deveres.

Também se discute se é lícito exigir às entidades privadas o combate à criminalidade, como, por exemplo, gastando os seus próprios capitais com a formação dos seus funcionários. Defendemos que será uma mais-valia para o Estado tal exigência, visto que as conseqüências (perniciosas) da lavagem de capitais podem atingir estas mesmas entidades.

A simples violação dos deveres mencionados tem como conseqüência a imposição de uma coima, por constituir uma contra-ordenação (art.º 36º), podendo esta ser punida a título de negligência (art.º 37º, ambos da LLCCV). Entretanto, quando os comportamentos não correspondem à mera violação dos deveres, as entidades podem ser punidas pelo crime de branqueamento de capitais, podendo haver concurso entre a violação dos deveres (contra-ordenação) e o crime de branqueamento.

4.1. Unidade da Informação Financeira cabo-verdiana

A UIF nasceu dos esforços levados a cabo pelas entidades internacionais, que exigiram a existência infra Estadual de uma entidade equiparada à supra Estadual, denominada de Grupo de *Egmont*. Foi nesta

sequência que nasceu a UIF cabo-verdiana, criada pelo Decreto-lei n.º 1/2008 de 14 de Janeiro. Inicialmente, esta entidade funcionava junto ao Banco de Cabo Verde. Actualmente, com a revisão da lei pretérita, pelo Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março, passou a funcionar junto ao Ministério da Justiça de Cabo Verde.

O sucesso da vertente preventiva na luta contra o branqueamento depende muito da comunicação feita à Unidade de Informação Financeira, pelas entidades financeiras e não financeiras, das transacções suspeitas. E, também, de todas as informações respeitantes a operações suspeitas de lavagem de capitais. Informações que a UIF pode transmitir ao Ministério Público e à Polícia Judiciária.

As atribuições da UIF vêm reguladas no art.º 3º do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março. De acordo com este diploma, as suas atribuições consistem em: receber, analisar e difundir a informação relativa à suspeita de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo; receber, analisar e difundir as informações requeridas e recebidas ao abrigo da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, devendo criar e manter uma base de dados relativas às mesmas informações e análises; exercer as competências de instrução e decisão previstas na Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, e demais leis; apoiar, quando solicitada, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal, bem como todas as entidades com competências de prevenção ou repressão do crime de lavagem de capitais ou do crime de financiamento ao terrorismo, designadamente através da cedência de dados e da prestação de apoio técnico-pericial; colaborar na elaboração e revisão das orientações contra a lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo; promover e executar acções de divulgação e educação do público em geral em matéria de prevenção e combate ao crime de lavagem de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo; apresentar ao Procurador-Geral da República e ao membro do Governo

responsável pela área de Justiça um relatório genérico sobre as actividades desenvolvidas pela Unidade de Informação Financeira, respeitante a cada semestre.

Os deveres da UIF vêm equacionados nos arts.º 4º e 5º, de entre eles destacam-se os seguintes:

1º) *O dever de prestar informação*: a UIF deve comunicar ao Procurador-Geral da Republica e à Polícia Judiciária, mediante relatório, todas as comunicações de operações que façam suspeitar da prática do crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores e do crime de financiamento ao terrorismo. Também, deve informar ao Banco de Cabo Verde do incumprimento, por parte das entidades financeiras, dos deveres previstos na lei;

2º) *O dever de colaboração e cooperação*: a UIF pode solicitar informações a quaisquer entidades públicas ou privadas para desempenho das suas atribuições, sem prejuízo dos limites legais relativos a dados pessoais. Quaisquer autoridades públicas ou privadas devem colaborar com a UIF para o desempenho das suas atribuições. No exercício das suas actividades, a UIF deve cooperar e articular-se com as autoridades judiciais, o Procurador-Geral da República, a Polícia Judiciária e o Banco de Cabo Verde.

Das pesquisas realizadas, chegamos à conclusão de que o trabalho da UIF tem sido infrutífero, visto que a comunicação entre a UIF e as entidades com as quais deve colaborar, como a Procuradoria da República e a Polícia Judiciária, é deficiente. Esta situação tem levado a que muitas suspeitas de branqueamento de capitais não sejam investigadas, e quando são investigadas raramente têm sucesso.

5. Vertente Repressiva

5.1. Tipo Objectivo do Ilícito

5.1.1. A questão do bem jurídico

Entende-se por bem jurídico tudo que é fundamental para a prossecução da vida na sociedade, cuja protecção é de extrema relevância para que tenhamos paz, ordem, tranquilidade e sã convivência entre os membros sociais. O direito penal, como *ultimo ratio* da política social do Estado, é chamado a proteger estes bens quando os outros ramos de direito demonstram fragilidades ou incapacidades em combatê-los. Quando assim for, o Estado usa o seu *ius puniendi*, a fim de atingir as finalidades de justiça, segurança e bem-estar económico e social.

O direito penal clássico dá mais atenção ao bem jurídico individual, ao contrário do direito penal pós-moderno que protege o bem jurídico colectivo. Todavia, com o mundo sem fronteiras físicas, surgiu o crime organizado, do qual é manifestação o crime económico. O branqueamento de capitais tornou-se a face principal do crime económico. A reciclagem dos produtos do crime, cuja vítima não é identificável, causa prejuízo a toda comunidade.

Nas palavras de Faria Costa, a primeira forma consequente de nos aproximarmos à valorização (qualificação) de um tipo legal de crime faz-se, seguramente, pela análise e estudo do bem jurídico que essa mesma norma incriminadora pretende tutelar.⁷⁴

A questão do bem jurídico, a par de outros pontos conexos ao tipo penal em estudo, é motivo de muitas posições doutrinárias, legislativas e até jurisprudenciais antagónicas. Por este motivo, surgiram inúmeras correntes doutrinárias, cujo objectivo é explicar bem jurídico protegido pela incriminação em causa. De entre essas correntes, destacam -se:

⁷⁴ COSTA, José de Faria, *op. cit.* p.38.

5.1.1.1. *Doutrina negativista:*

Esta corrente doutrinária minoritária, e que actualmente não tem defensores com alguma significância, critica a criminalização do branqueamento de capitais, argumentando que este novo crime não protege nenhum bem jurídico ou, pelo menos, um que mereça protecção penal, dado que não justifica criminalizar um crime, cujo bem jurídico não merece protecção, de modo e que essa a sua criminalização viola alguns princípios fundamentais penais caso de, necessidade da pena, intervenção mínima do Direito Penal, fragmentariedade e *ultima ratio* da intervenção penal.

Discordamos desta corrente, visto que, ao nosso ver, a não criminalização do branqueamento de produtos do crime induz a pensar que o crime compensa. Além disso, a inactividade da parte do Estado daria aos criminosos meios para alargar a actividade criminosa e perpetuar-se no mundo do crime. Além disso, achamos que há um bem jurídico-constitucional que merece a tutela penal.

5.1.1.2. *Doutrina que defende que o bem jurídico é a prevenção do tráfico e do consumo de drogas e outras substâncias psicotrópicos “Saúde Pública”:*

Segundo esta corrente, o bem jurídico protegido pela incriminação do crime de branqueamento de capitais é a saúde pública. Esta doutrina tinha razão na fase inicial da incriminação do branqueamento de capitais. Este crime constava da lei de droga. Na altura, a finalidade desta incriminação era lutar contra o tráfico de droga, e tinha como facto típico subjacente somente o crime do tráfico de droga. Contudo, com a evolução e alargamento dos crimes preliminares, achamos ilógico defender esta

posição. Em Portugal, o advogado Rodrigo Santiago⁷⁵ foi defensor desta corrente doutrinária.

5.1.1.3. Doutrina do bem jurídico do crime subjacente:

Esta corrente defende que o bem jurídico protegido pela criminalização da lavagem de capitais é o mesmo que o bem jurídico do crime antecedente.

Na nossa opinião, esta corrente não é a mais correcta e, actualmente, não faz sentido defendê-la. No momento presente, a posição defendida pela maioria é de que o branqueamento é um crime autónomo do crime precedente. Esta autonomia reflecte-se nas molduras penais do tipo em análise, que são quase sempre diferentes dos crimes anteriores. A partir do alargamento do rol dos crimes precedentes, percebe-se que o branqueamento tutela um bem jurídico, que é diferente de cada tipo penal que o antecede.

5.1.1.4. Instituições do Estado de Direito democrático e da segurança interior do Estado como o bem jurídico protegido:

Esta teoria defende que os criminosos, a partir de momento em que adquirirem o poderio económico, através da legitimação dos produtos de crime, passam a poder dominar os *media*, os partidos políticos, os poderes tradicionais de soberania, fazendo assim nascer um quarto poder⁷⁶, com maior robustez do que os poderes já existentes. Além disso, controlam os poderes legislativo, judicial e executivo, alimentam a corrupção e o suborno, atacam e destroem as instituições fundamentais do Estado, pondo

⁷⁵ SANTIAGO, Rodrigo, "O branqueamento de capitais e outros produtos dos crimes", in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 4, Outubro – Dezembro de 1994, Coimbra: Coimbra editora. p.530.

⁷⁶ Isto se nós tivermos em consideração a divisão tripartida proposta pelo Montesquieu: poderes legislativo, executivo e judicial".

em risco a organização e o funcionamento das instituições estaduais. O Estado do Direito democrático corre o risco de se transformar num Estado corrupto, num “narco-estado” isolado, passando uma péssima imagem a nível internacional.

A nosso ver, a destruição das instituições do Estado de Direito democrático é um possível (último) resultado de branqueamento de capitais que nem sempre acontece, porque muitas vezes pode-se branquear capitais sem nunca ter um comportamento lesivo das instituições do Estado. Deste modo, consideramos que esta doutrina deve ser rejeitada.

5.1.1.5. Doutrina que equaciona ordem económica como bem jurídico:

Esta corrente defende que os criminosos vão incorporar os ganhos na economia, através de investimentos e aquisição de bens. Desta forma, ofenderiam o mercado, prejudicariam a concorrência e as políticas económicas estabelecidas pelo Estado. Segundo Jorge Fernandes Godinho, nesta corrente, o dano não estaria no branqueamento em si considerado, mas sim nas aplicações que dos capitais de origem ilícita se fizessem.⁷⁷

Consideramos que esta teoria deve ser também rejeitada. No entanto, às vezes, através de uma técnica de lavagem de capitais, pode-se atingir a ordem económica. Porém, isto nem sempre acontece, visto que existem variadíssimas formas de reciclar bens do crime sem ofender a ordem económica. Segundo Fernandes Godinho, se assim for “(...) todo e qualquer crime que gere proventos (o furto ou a burla, mas também o homicídio “a soldo”) seria também uma violação da concorrência.”⁷⁸

⁷⁷ GODINHO, Jorge Alexandre Godinho, *op. cit.* p. 131-132.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.132.

Em Portugal, são defensores desta doutrina o Juiz Conselheiro Lourenço Martins⁷⁹ e o Ilustre Professor Oliveira Ascensão.⁸⁰ Em Espanha é defendida por autores com alguma significância, tais como: Francisco Muñoz Conde⁸¹ e Fabián Caparrós.⁸² No Brasil, Luís Regis Prado é conhecido por ser um dos maiores defensores desta teoria.⁸³

5.1.1.6. Doutrina que defende o bem jurídico da administração da justiça:

Esta corrente defende que o bem jurídico protegido pelo tipo penal de branqueamento é a pretensão do Estado em confiscar os bens do crime, a fim de prosseguir a realização da justiça, tendo em conta que, através da ocultação e dissimulação da origem ilícita do bem, se dificulta a realização da justiça. Em Portugal, são defensores desta corrente os dois grandes penalistas: o professor Germano Marques da Silva⁸⁴ e o professor Paulo Pinto de Albuquerque.⁸⁵

A partir da análise das condutas típicas do branqueamento de capitais, conclui-se que o bem jurídico protegido pelo tipo penal em análise

⁷⁹ MARTINS, A.G. Lourenço, *op.cit.* p.453.

⁸⁰ ASCENSÃO, José de Oliveira - "Branqueamento de capitais: reacção criminal", in *Estudos de Direito Bancário*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p.338.

⁸¹ MUÑOZ CONDE, Francisco, "Derecho penal: parte especial", Valencia: Tirant lo blanch, 2004, p 547.

⁸² FABIÁN CAPARRÓN, Eduardo A., *op. cit.*, p.238.

⁸³ PRADO, Luís Regis, "Direito penal económico", 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011, p.360.

⁸⁴ SILVA, Germano Marques, "O crime de branqueamento de capitais e a fraude fiscal como crime pressuposto", in *Análise dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010, p.240.

⁸⁵ ALBURQUERQUE, Paulo Pinto de, "Comentário do código penal: à luz da constituição da república e da convenção europeia dos direitos do homem", Lisboa: Ed. Universidade Católica, 2010, p.955.

é a administração da justiça. Importa lembrar que uma das acções típicas do branqueamento é “ocultar ou dissimular”. Quando se está a ocultar ou a dissimular, o objectivo do agente é evitar que o Estado lhe confisque os produtos do crime, evitar que o crime precedente seja descoberto e, desta forma, evitar que a justiça seja realizada.

5.1.1.7. *Doutrina do crime plurionfensivo:*

Também há quem defende que o branqueamento de capitais é um crime pluriofensivo, que protege uma pluralidade ou multiplicidade de bens. Os defensores desta corrente identificam habitualmente a administração da justiça e a ordem socioeconómico como os bens jurídicos protegidos pela incriminação da reciclagem. Em Portugal, são seus defensores: Nuno Brandão⁸⁶, José Dias Duarte⁸⁷ e Gonçalo Sopas Bandeira de Melo.⁸⁸ No Brasil, Vicente Greco Filho.⁸⁹ Esta teoria é também de rejeitar pelo fundamentos referidos anteriormente. Achamos que a ordem socioeconómica não é o bem jurídico protegido pela incriminação do branqueamento de capitais.

⁸⁶ BRANDÃO, Nuno, *op. cit.* p.17.

⁸⁷ DUARTE, Jorge Dias, *op.cit.* p. 95.

⁸⁸ BANDEIRA, Gonçalo Sopas De Melo “O Crime de “branqueamento” e a criminalidade organizada no ordenamento jurídico português no contexto da União Europeia: novos desenvolvimentos e novas conclusões” in *Análise dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010, p.574.

⁸⁹ FILHO, Vicente Greco, “ Tipicidade, bem jurídico e a lavagem de valores” in *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais Visão Luso Brasileira*, Coord. José de Faria Costa e Marco António Marques Silva, São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2006, p.163.

Em conclusão: no cerne da incriminação da reciclagem de vantagens do crime estão o combate ao tráfico de droga, a protecção a ordem económica, a protecção de instituições do Estado e impedir que o criminoso organizado use os produtos do crime e alargue as suas actividades.

No início do preâmbulo da convenção pioneira relativa ao branqueamento, a Convenção de Viena, lê-se o seguinte: “profundamente preocupadas com a amplitude e crescente tendência da produção, da procura e do tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, que representam uma grave ameaça para a saúde e bem-estar dos indivíduos e provocam efeitos nocivos nas bases económicas, culturais e políticas da sociedade (...), conscientes de que o tráfico ilícito é fonte de rendimentos e fortunas consideráveis que permitem às organizações criminosas transnacionais invadir, contaminar e corromper as estruturas do Estado, as actividades comerciais e financeiras legítimas e a sociedade a todos os seus níveis”. A mesma posição foi plasmada nas outras convenções internacionais e nas directivas da União Europeia contra o branqueamento de capitais.

Todavia, os ordenamentos estaduais acharam que só através do confisco dos bens é que se pode realizar o *ratio* das diversas convenções anti- branqueamento. Por isso defendemos que o único bem jurídico protegido (ou pelo menos o verdadeiramente característico e distintivo da incriminação em causa) é a realização da justiça. Contudo, através da integração dos bens do crime na economia, pode-se ofender a ordem socioeconómica. Essa lesão surge pontualmente e, atendendo à técnica usada para lavagem de bens, surge como resultado de ocultação ou dissimulação por parte do agente, para evitar que seja seguido o rasto do bem e a confiscação deste.

5.1.2. Modalidades da conduta Típica

A doutrina maioritária defende que o crime do branqueamento é um processo que passa em regra por três fases: colocação, dissimulação e integração. Consideramos que a sua tipificação visa proteger a realização da justiça. No entanto, como foi dito anteriormente, defendemos que em qualquer das suas fases pode realizar-se a acção típica.

As acções típicas vêm plasmadas no n.º 1 do art.º 24º da LLCCV, que reza:

“Quem converter ou transferir vantagens do crime, ou auxiliar ou facilitar algumas das operações, com o fim de dissimular a sua origem ilícita ou pôr obstáculos à sua confiscação, ou, ainda, ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infracção principal a furtar-se as consequências jurídicas dos seus actos, será punido com pena de prisão de 4 a 12 anos”.

Nota-se que o legislador usou alguns termos sinónimos para a qualificação da acção. Estes termos poderão, muitas vezes, não abranger um acto de branqueamento, devido à complexidade e diversidade de métodos utilizados pelos branqueadores.

Assim, importa esclarecer os termos usados pelo legislador.

O conceito de “*conversão*” englobará todas as operações de transformação dos bens gerados directamente pelo crime-base ou adquiridos em resultado da respectiva prática em bens de outra natureza ou tipo.

As “*acções de transferência*” de bens compreenderão, não só todas as operações destinadas ou aptas a mudar fisicamente (no sentido de mudança geográfica) estes bens, como também todas as operações através das quais é alterada a titularidade dos direitos sobre os bens, ou pelas quais estes direitos são transmitidos (naquilo que se poderá designar

por transferência jurídica) a outrem que não o agente do crime-base, que os adquiriu em resultado da prática do crime-base”.⁹⁰

O conceito de *vantagens do crime* é esclarecido no art.º 2, al. b), da LLCCV. Segundo este artigo, são bens de qualquer tipo, direitos ou valores provenientes da prática, sob qualquer forma de participação, de facto ilícito, típico e punível com a pena de prisão de limite máximo superior a 3 anos, assim como os bens que com eles se obtenham.

O conceito dos *bens* é dado pela al. a) do mesmo art.º. Este conceito baseia-se no disposto no art.º 1, al. b) da Convenção de Viena, que se refere a activos de qualquer tipo, a bens corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, bem como aos documentos ou instrumentos jurídicos que atestam a propriedade ou outros direitos sobre os referidos activos. De acordo com Jorge Dias Duarte, os bens devem ser entendidos com a máxima de amplitude possível, de forma a abranger a totalidade de bens que sejam gerados pela prática do crime-base.⁹¹

As ideias de *auxílio* e *facilitação* de operações de conversão ou transferência consubstanciam os actos de cumplicidade. Portanto, como salienta o penalista Pinto de Albuquerque, são puníveis como autores, os advogados, empregados bancários ou consultores financeiros que auxiliem ou facilitem a prática do branqueamento.⁹²

As operações de *ocultação* ou *dissimulação* (art.º 24º, n.º 2 da Lei n.º 38/VII/2009) são acções de encobrimento da verdadeira natureza, origem,

⁹⁰ DUARTE, Jorge Dias, *op. cit.* p.130.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p.128.

⁹² ALBURQUERQUE, Paulo Pinto de, *op. cit.*, p. 958.

localização, disposição, movimentação ou titularidade dos valores patrimoniais.⁹³

As acções típicas nesta norma no art.º 24º n.º1 são as acções de conversão, de transferência, auxílio ou facilitação de conversão e transferência, com o objectivo de dissimular a origem ilícita das vantagens do crime e impedir a sua confiscação ou ajudar qualquer pessoa a furtar-se as consequências jurídicas dos seus actos ilícitos.

5.1.3. “Punição do auto-branqueamento”

Questão interessante e que é motivo de muito antagonismo doutrinário e jurisprudencial é a de saber se o autor do crime de branqueamento pode ou não ser autor ou cúmplice do crime precedente, ou punido pelo concurso real ou efectivo, ou se estamos perante um concurso aparente ou legal (não punição do auto-branqueamento).

Questão a que o legislador cabo-verdiano, voluntária ou involuntária, não respondeu e que, ao nível do direito comparado, da doutrina e da jurisprudência, encontramos respostas diferentes.

Em Portugal, Suíça e Espanha há uma omissão legislativa. Pelo contrário, na Itália e na Alemanha excluem-se os participantes da infracção principal, enquanto nos EUA, Reino Unido e na Bélgica é expresso que o autor do crime antecedente poderá também ser punido pelo branqueamento.

Esta divergência surgiu devido à forma como é identificado o bem jurídico que a incriminação do branqueamento visa proteger. Os que defendem que o bem jurídico protegido não é o mesmo que o do crime precedente, por considerarem o branqueamento um crime autónomo,

⁹³ *Idem, ibidem*, p.958.

posicionam-se a favor da punição do auto-branqueamento. Outros, que defendem que o branqueamento de capitais é prolongamento do crime subjacente, comungam da não punição de branqueamento levado a cabo por autor ou cúmplice do crime precedente.

A primeira posição é defendida por Fábian Caparrós⁹⁴, João Davin⁹⁵, André Luis Caleyary⁹⁶, Pinto de Albuquerque⁹⁷, pelo Ac. de STJ de Portugal de 22/03/2007⁹⁸ e pelo Ac. STJ de Cabo Verde n.º 98/2010.⁹⁹

Os defensores desta posição aprovam o concurso efectivo entre o branqueamento de capital e o crime precedente. Para eles, o crime de reciclagem de bens é um crime autónomo do crime precedente, por ofender um bem jurídico diferente do crime precedente. Por isso, defendem a punição do auto-branqueamento e vêem o branqueamento como um crime comum, do qual qualquer um pode ser agente. Segundo Caleyary, não é possível a aplicação do princípio da consunção ao delito de lavagem, porque, para que ocorra um facto posterior impune, é necessário que o facto posterior praticado pelo sujeito não lese um bem distinto do vulnerado pelo delito anterior, isto é, a conduta do sujeito activo deve lesionar um

⁹⁴ FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A. *op. cit.* p.369.

⁹⁵ DAVIN, João, “ O branqueamento de capitais”, *in Revista do Ministério Público*, Ano 23, n.º91, Jul-Set 2002, p.112.

⁹⁶ CALLEGARY, André Luís, *op. cit.* p. 197.

⁹⁷ ALBURQUERQUE, Paulo Pinto de, *op. cit.* p. 951.

⁹⁸ Ac. do STJ de Portugal de 22/03/2007, Processo n.º220/05, relator Sousa Fonte. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b3054e9c1b1eb8b9802573b7003ad380?OpenDocument> Consultado em 10 de Fevereiro de 2013.

⁹⁹ Ac. do STJ de Cabo Verde n.º. 98/2010, “ referente ao célebre caso denominado nos *medias* de “voo da águia”.

mesmo bem jurídico.¹⁰⁰ Ainda, no mesmo sentido, o penalista Pinto de Alburquerque defende que o bem jurídico ofendido pelo crime de branqueamento de capitais não se confunde com o bem jurídico violado pelo crime precedente, até pela razão muito simples de que os crimes precedentes podem ter múltipla natureza, indo desde o tráfico de droga ao peculato. Acrescenta ainda que não há qualquer violação do princípio constitucional *non bis in idem* e muito menos da legalidade¹⁰¹, no caso da aplicação do concurso real entre o branqueamento e o crime antecedente.

A segunda posição é defendida por Jorge Godinho¹⁰² e Oliveira Ascensão.¹⁰³

Os que defendem esta tese acham que o bem jurídico ofendido pelo crime de branqueamento é o mesmo que é violado pelo crime precedente. Em virtude disso, o autor ou cúmplice do crime antecedente não deve ser agente do cometimento do branqueamento. Eles vêem o branqueamento como um crime específico e consideram-no como o prolongamento do crime antecedente.

Nesta linha, o professor Oliveira Ascensão defende que a aplicação do concurso efectivo entre o branqueamento e o crime subjacente seria uma excepção à regra e que, normalmente, o aproveitamento do produto de uma infracção patrimonial é consumido pela punição da própria infracção. Segundo o mesmo autor, quem furta um peru, não recebe condenação específica por o ter comido.¹⁰⁴

¹⁰⁰ CALLEGARY, André Luis, *op. cit.* p. 197.

¹⁰¹ ALBURQUERQUE, Paulo Pinto de, *op. cit.* p. 951.

¹⁰² GODINHO, Jorge Alexandre Godinho, *op. cit.* p.240.

¹⁰³ ASCENÇÃO, José de Oliveira, *op. cit.* p.347.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.* p.347.

Perfilhamos a ideia do concurso real ou efectivo entre o branqueamento de capitais e o crime precedente.

Se formos pela evolução e autonomia legislativa do crime de branqueamento de capitais, é fácil explicar esta divergência. Sendo assim, relembramos que a incriminação do branqueamento de capital surgiu com a finalidade de combater o crime organizado, na altura o tráfico de drogas. No início desta incriminação, o bem jurídico tutelado era o bem posto em causa pelo tráfico de droga, por este ser então o único crime precedente. Na fase embrionária, o branqueamento de capitais vinha regulado na própria lei de droga, o que aconteceu em Cabo Verde e em Portugal. Portanto, na fase inicial, o autor do crime precedente não era punido pelo crime de branqueamento, porém, com o avanço legislativo e com o alargamento dos crimes antecedentes, o branqueamento começou a ganhar alguma autonomia, passando a ter a sua regulamentação descolada do crime de tráfico. A partir da sua independência, o legislador começou a querer demonstrar a intenção de o criminalizar autonomamente.

Efectivamente, constata-se que as acções típicas nas primeiras leis anti- branqueamento tinham a seguinte redacção (no art.º 7º, da lei nº. 78/VII/93, e art.º 3º, da lei 17/VI/2002): “Quem, sabendo que os bens ou produtos são provenientes da prática, sob qualquer forma de comparticipação (...)”.

Da interpretação literal e teleológica, decorre que o legislador, ao dizer “quem sabendo”, não quer incluir nessa lista o autor ou cúmplice do crime precedente, porque estes *a priori* têm esse conhecimento.

No entanto, actualmente na descrição das acções típicas no art.º 24 n.º 1 da lei LLCCV diz-se apenas: “ *quem converter ou transferir (...)*”.

O legislador, ao excluir o “sabendo” e ao dizer “quem converter”, demonstra que tem intenção de também criminalizar as acções dos autores ou cúmplices de crimes precedentes. Perante o que já foi referido, actualmente o autor do facto precedente pode, naturalmente, ser punido em concurso real pelo branqueamento e pela infracção principal, por o bem jurídico ofendido pelo branqueamento ser diferente do lesado pelo crime precedente.

Contudo, para a punição do auto-branqueamento é fundamental ver se as condutas levadas a cabo pelo autor ou cúmplice do crime precedente são alongamento do crime subjacente ou antes consumação do crime do branqueamento. Porém há situações em que o comportamento do autor do crime precedente é mero alongamento do crime antecedente, sem ser lesivo ou ofensivo para o bem jurídico protegido pela incriminação da reciclagem de capital.

A nosso ver, a execução e a consumação dá-se com a prática das condutas plasmadas no tipo penal. Segundo Celso Sanches Vilardi¹⁰⁵, na análise do início da execução, há-de verificar-se se o meio empregado é hábil para produzir o resultado e se a conduta do agente teve o condão de atingir o bem jurídico tutelado (...). Devemos analisar se o criminoso, com a conduta que leva a cabo, pretende dissimular ou ocultar vantagens do crime para lhes dar a aparência de bens lícitos.

Para Pedro Caeiro, “(...) não bastante serem diferentes os bens jurídicos protegidos pelo crime de branqueamento (enquanto crime autónomo) (...) e pelos crimes subjacentes (...) é necessário, em cada caso, apurar se a conduta em questão assume a autonomia necessária

¹⁰⁵ VILARDI, Celso Sanches, “O crime de lavagem de dinheiro e o início de sua execução”, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Março-Abril de 2004, p.22.

para, por si só, integrar o crime de branqueamento, ou se antes consiste na prática de facto posterior consumido no crime precedente”.¹⁰⁶

É fundamental identificarmos as situações de detenção, utilização e aproveitamento dos produtos do crime pelo autor ou cúmplice da infracção principal. Quanto estamos perante mera detenção, utilização ou aproveitamento das vantagens do crime pelo autor ou cúmplice da infracção principal, sem existir a intenção de ocultar ou dissimular, achamos que estamos perante o prolongamento da infracção principal.

Vejamos o seguinte exemplo: o criminoso, com o dinheiro do crime, paga a prestação do imóvel que possuía no passado, compra vestuário, alimentação, e paga as despesas de água e energia. Aqui, estamos perante casos de utilização dos produtos do crime, em que o criminoso tira o proveito dos mesmos. Estes casos não ofendem o bem jurídico protegido pela incriminação da reciclagem.

Uma outra situação, que é objecto de discussão, é o caso de simples depósito bancário, efectivado pelo autor ou cúmplice da infracção principal. Relativamente a este caso, o Ac. do TRPorto n.º127/06l de 21/03/2013¹⁰⁷, posicionou-se no sentido de que “a simples introdução do capital em questão no circuito bancário e/ou financeiro é já susceptível de integrar a sua prática”.

¹⁰⁶ CAEIRO, Pedro, “ A consunção do branqueamento pelo facto precedente: (em especial: (i) as implicações do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2007, de 22 de Março; (ii) a punição da consunção impura” in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Figueiredo Dias*, Org. Manuel Costa Andrade, Maria João Antunes, et al, vol.III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010., p.198.

¹⁰⁷ Ac. TRPorto de 21/03/2013 n.º127/06, relatora Fátima Furtado, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/709e23481fb5eec580257b4e003a2893?OpenDocument> Consultado em 26/06/2013.

Com o devido respeito, não concordamos com a parte do acórdão que decidiu que o simples depósito bancário, feito pelo autor do crime antecedente, consubstanciaria o crime de branqueamento. Nem sempre o simples depósito bancário, realizado por autor ou cúmplice do crime preliminar, corresponde à conversão dos produtos do crime com a intenção de ocultar ou dissimular a sua origem ilícita.

Nas palavras do estudioso Pedro Caeiro, “a verificação do crime de branqueamento (...) não depende apenas do preenchimento do tipo objectivo (prova de depósitos em conta própria, de vantagens provenientes do crime subjacente, depósitos esses feitos pelo autor desse mesmo crime precedente). Ainda que tal conduta possa ser qualificada de operação de conversão e, como tal preencher o tipo objectivo do crime de branqueamento, é necessário, também, alegar e provar o tipo subjectivo, a saber, a intenção de dissimular a origem ilícita das vantagens ou evitar que o autor ou participante destas infracções seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reacção criminal”.¹⁰⁸

Assim, defendemos que é fundamental analisar se o comportamento do autor põe ou não em perigo o bem jurídico protegido pelo tipo penal. Por isso, em sentido contrário ao acórdão do TRPorto, entendemos que o simples depósito, sem a intenção de dissimulação e ocultação, isto é sem a finalidade de cobrir de aparência lícita os bens, também não atinge o bem jurídico protegido e a realização de justiça. Não vemos que o depósito, em nome próprio, de uma quantia numa instituição bancária possa ser impedidor de uma detecção, apreensão e confiscação por parte do Estado.

¹⁰⁸ CAEIRO, Pedro, *op.cit.*p.198.

5.1.4. Conclusão

Quanto ao agente verificamos que se trata de um crime comum, do qual qualquer pessoa pode ser agente, incluindo o autor ou participante do crime subjacente.

No que tange às condutas típicas, constata-se que é um crime de mera actividade e não de resultado, visto que se esgota na própria acção.

De acordo com Pinto Albuquerque, “o crime de branqueamento é de perigo abstracto quanto ao grau de lesão do bem jurídico protegido, uma vez que as condutas típicas não lesam definitiva e irreversivelmente o bem jurídico, mas apenas colocam em perigo a realização da justiça (...)”.¹⁰⁹

5.1.5. Especiais exigências para a realização dos tipos do art.º 24º, n.ºs 2 e 3

O n.º 2 do referido art.º 24º estabelece: “ (...) incorre na pena de 4 a 12 anos quem ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação, ou titularidade de vantagens do crime”. O que o autor faz aqui é tentar “fintar” as autoridades encarregues da investigação, dificultando assim a conexão entre o branqueamento e o crime subjacente, tentando apagar a linha que une estes dois crimes.

O n.º 3 comina a mesma pena para “ (...) quem adquirir ou receber a qualquer título, utilizar, detiver ou conservar vantagens do crime”.

O professor Oliveira Ascensão denomina a situação *supra* de receptação dos bens ou produtos do crime.¹¹⁰

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *op. cit.* p.955.

¹¹⁰ ASCENSÃO, José de Oliveira, *op. cit.* p.342.

Em relação a este caso, consideramos que não é qualquer conduta de “adquirir, receber, utilizar, detiver ou conservar vantagens do crime” que se subsume neste n.º 3. Têm de ser condutas que colocam em perigo o bem jurídico, idóneas a ocultar ou dissimular as vantagens do crime. Não basta receber, utilizar, adquirir ou detiver. Tem que haver intenção de dissimular ou ocultar e idoneidade ou adequação objectiva das condutas para esse efeito.

5.1.6. Condições de punibilidade e de procedibilidade

O n.º 4 do art.º 24º refere: “a punição pelo crime de lavagem de capitais previsto nos números anteriores tem lugar ainda que o facto relativo à infracção principal tenha sido praticado no estrangeiro, desde que seja também punível pela legislação do lugar em que tiver sido praticado”.

Assim, fruto do fenómeno do mundo global, há irrelevância ou indiferença da parte do legislador em relação ao lugar da prática do crime precedente. Importa frisar que a eficácia da incriminação depende muito da cooperação internacional, facto que não tem estado a acontecer. O legislador pune o branqueamento mesmo que a infracção principal seja praticada no estrangeiro. Por seu turno, o crime antecedente terá que ser punido no ordenamento onde foi praticado e também punido pela lei cabo-verdiana.

Ora, no que toca a este caso, há situações de infracção principal que é considerada crime no estrangeiro e que em Cabo Verde não o é.

Relatamos o caso dos subempreiteiros cabo-verdianos que exerciam as suas actividades na construção civil em Portugal. Com a crise económica na Europa, particularmente em Portugal, Cabo Verde recebeu muitos subempreiteiros e muitos deles foram pessoas que lesaram o Estado Português em milhares de euros por crimes de fraude fiscal. Essas

peessoas regressaram ao país de origem, construíram e adquiriram móveis e imóveis, com vantagens de facto que é crime no estrangeiro, mas não em Cabo Verde. Por isso ficaram impunes no que tange ao branqueamento pelo facto de a fraude fiscal não ser criminalizada em Cabo Verde.

Jorge Dias Duarte assegura que os tribunais, neste caso cabo-verdianos, são competentes “(...) mesmo nos casos em que os crimes subjacentes tenham sido integralmente praticados fora do território nacional, desde que, bem entendido, o processo de branqueamento tenha decorrido – total ou parcialmente – em território nacional”.¹¹¹

Hoje, com o mundo sem fronteiras, o princípio da justiça universal tem estado a afirmar-se em detrimento do princípio da territorialidade e da exigência de “dupla incriminação”.

O n.º 5 determina: “*o facto não será punível quando o procedimento criminal relativo à infracção principal depender de queixa e esta não tiver sido tempestivamente apresentada*”.

A ser assim, quando os crimes precedentes forem semi-públicos e se o ofendido não exercer o seu direito de queixa dentro do prazo de seis meses, art.º 105º, n.º 1, do CP cabo-verdiano, caduca o direito de queixa relativo à infracção principal e, em consequência, o agente não pode ser punido, nem pelo cometimento da infracção preliminar nem pelo branqueamento.

É de realçar que, segundo Jorge Dias Duarte, esta norma visa alcançar um equilíbrio consubstanciado na não punibilidade dos agentes do crime de branqueamento quando os agentes dos crimes subjacentes não sejam passíveis de serem criminalmente responsabilizados pela prática dos mesmos crimes, solução que se afigura como adequada, máxime, (...)

¹¹¹ *Idem, ibidem, p.332.*

“generosidade” do legislador nacional ao definir o âmbito dos possíveis crimes subjacentes ao crime de branqueamento.¹¹²

5.1.7. *Situações de agravação*

Nos termos do art.º 25º, “a pena prevista no art.º 24º é agravada de metade nos seus limites mínimo e máximo se:

- a) O crime de lavagem de capitais for praticado por associação ou organização criminosa, por quem dela faça parte ou a apoie;
- b) O facto ilícito típico de onde provêm as vantagens for terrorismo, tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicos, tráfico de pessoas ou armas proibidas e substâncias explosivas;
- c) O agente praticar o crime de lavagem de capitais de modo habitual.

Para Jorge Dias Duarte, para que a qualificativa em referência funcione, é essencial que fique demonstrado no processo que o agente se dedica, com carácter de habitualidade, ao branqueamento de vantagens resultantes da prática de qualquer dos ilícitos típicos (...), ainda que da mesma prática não faça o seu modo de vida.¹¹³

5.1.8. *Atenuação especial da pena*

Nos termos do art.º 29 n.º1 “a pena pode ser especialmente atenuada quando o agente auxilie concretamente, ou de forma relevante, na recolha de provas decisivas para identificação e detenção dos responsáveis pela

¹¹² DUARTE, Jorge Dias, “Branqueamento de vantagens de proveniência ilícita”, in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010, p. 333.

¹¹³ *Idem, ibidem*. pp.333-334.

prática dos factos ilícitos subjacentes, bem como no congelamento e apreensão dos bens e produtos provenientes dos mesmos factos”.

O legislador cabo-verdiano consagrou um “(...) “direito premial” que (independentemente de quaisquer considerações de ordem moral sobre a figura do arrependido) assentará, essencialmente, em razões de ordem pragmática, atenta a consabida dificuldade em coligir elementos probatórios que permitem alcançar a identidade dos agentes dos crimes-base de que provêm as vantagens objecto do crime de branqueamento”.¹¹⁴ E, no congelamento e apreensão dos bens e produtos da prática dos crimes precedentes, o premiado terá que ter um papel fundamental na descoberta e prova da verdade dos factos.

O n.º 2 do mesmo art.º diz que “é garantida a protecção de quem tiver colaborado concretamente na investigação do crime, nos termos da lei de protecção de testemunha”.

Na verdade, em Cabo Verde existe a lei de protecção de testemunhas, mas o Estado não tem cumprido a sua parte. Sabemos de casos de arguidos e testemunhas que, num processo-crime de branqueamento, contribuíram para a descoberta da verdade, requereram a protecção e nunca chegaram a tê-la.

5.1.9. *Limitação da pena em função dos crimes subjacentes*

Segundo o art.º 26 n.º1, “ *a pena aplicável nos termos do disposto no art.º 25 não pode ser superior ao limite máximo da pena prevista para infracção principal*”.

Verifica-se, assim, existir uma nítida preocupação do legislador em alcançar um equilíbrio entre as punições que possam ser aplicadas aos

¹¹⁴ *Idem, ibidem.* p.335.

agentes do crime de branqueamento e as punições que possam ser aplicadas aos autores dos crimes subjacentes.¹¹⁵

É notório que o legislador teve a preocupação de respeitar o princípio de proporcionalidade. O que demonstra a existência de um “cordão umbilical” entre o crime de branqueamento de capitais e o crime precedente.

A limitação da pena aplicada ao crime de branqueamento pela pena do crime subjacente só vale para o caso de branqueamento agravado. Neste ponto estamos de acordo com o estudioso Jorge Fonseca, para quem o mesmo princípio deverá ser extensivo aos casos de «lavagem de capitais» simples, isto é, não agravados.¹¹⁶

5.2. Tipo Subjectivo

Relativamente ao tipo subjectivo, tem-se discutido muito a nível doutrinário acerca do carácter geral ou específico do dolo e da admissibilidade do dolo eventual.

O legislador cabo-verdiano, no art.º 24º n.º 1 da lei LLCCV, não exige literalmente que o agente tenha efectivo conhecimento da origem ilícita das vantagens do crime. Na nossa opinião, e tendo como base o art.º 13º do CP cabo-verdiano, deduzimos que só se pode punir o branqueamento doloso e abarcando todas as formas do dolo típico.

No caso de desconhecimento da origem ilícita dos bens, ou seja, de negligência, haverá sempre uma impunidade. A nosso ver, a opção pela não punição do branqueamento a título negligente justifica-se, porque, se o legislador tivesse optado pela punição da reciclagem negligente,

¹¹⁵ *Idem, ibidem.* 335-336.

¹¹⁶ FONSECA, Jorge Carlos, *op.cit.* p.275.

prejudicaria a economia e impulsionava a intromissão na vida privada, visto que todas as pessoas teriam o dever de averiguar a proveniência dos bens. Além disso, estaria a violar o princípio da necessidade de pena.

Da análise do art.º 24º resulta que há um dolo geral, que é o conhecimento da proveniência das vantagens do crime, ao qual se adiciona um dolo específico, “a intenção de ocultar ou dissimular ...” ou “ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infracção principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos”.

Segundo Fernandes Godinho, em nenhum caso se exige intenção lucrativa. Esta bem pode existir, como finalidade ou meta ulterior ou mesmo última do agente, mas não é relevante para o preenchimento do tipo”.¹¹⁷

O citado artigo refere-se ao “fim de dissimular a origem ilícita ou pôr obstáculos à confiscação das vantagens do crime”, ou, ainda, ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infracção principal a furtar-se às consequências jurídicas do seu acto (...)”. Da análise desses estratos fica-se com a ideia de que o agente actua porque conhece a origem criminosa dos bens e porque quer dar-lhes a aparência de licitude.

Na nossa opinião, só deve ser responsabilizado criminalmente quem age de forma consciente de que está a ocultar ou dissimular vantagens do crime.

Além do conhecimento da proveniência dos bens e da intenção de ocultar ou dissimular, as condutas têm de ser idóneas a impedir a detecção, apreensão e o confisco. Objectivamente as condutas precisam de ofender o bem jurídico protegido, que é a pretensão Estadual ao confisco de bens.

¹¹⁷ GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, *op. cit.* p.206.

O tipo subjectivo levanta uma questão muito debatida na doutrina relativa ao pagamento de honorários a advogados e outros profissionais liberais, pela prestação de serviços ao agente é arguido ou pode vir a ser condenado pela prática do crime antecedente. Questiona-se se estes profissionais podem vir a ser responsabilizados criminalmente por branqueamento de capitais em virtude da cobrança dos seus legítimos honorários.

No caso do advogado, a Constituição cabo-verdiana refere no seu art.º 22º n.º 3: “todos têm o direito de defesa, bem como à informação jurídica, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade, nos termos da lei”.

Ainda segundo o art.º 35º n.º3 da magna lei cabo-verdiana: “o arguido tem o direito de escolher livremente o seu defensor para o assistir em todos os actos do processo”.

Dispõe o art.º 180º, n.º 2, do Estatuto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde: “o mandato forense não pode ser objecto, por qualquer forma, de medida ou acordo que impeça ou limite a escolha pessoal e livre do mandatário pelo mandante”.

Porém, nos termos do art.º 24º n.º 3 da Lei n.º 38/VII/2009, “incorre ainda na mesma pena, quem adquirir, ou receber a qualquer título, utilizar, detiver ou conservar vantagens do crime”.

Ora, perfilhamos na íntegra a ideia de Manuel Cobo Del Rosal, para quem a advocacia constitui o exercício legítimo de um ofício, de modo que se estaria perante uma causa de justificação. Com efeito, não teria nenhum

sentido permitir um ofício, cujo legítimo exercício fosse castigado por supor a comissão de um delito.¹¹⁸

A ser assim, posicionamo-nos no sentido de que o advogado, que age de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ao nível do serviço prestado e cujos honorários estejam de acordo com os critérios do referido estatuto, não estará a cometer o crime do branqueamento.

Mas, se o serviço prestado for socialmente adequado e os honorários recebidos correspondentes aos que são cobrados no mercado pelo serviço prestado, não há sequer uma acção típica de branqueamento de capitais.

Se acontecer o inverso, isto é, honorários pagos excedem em muito os cobrados no mercado por aquele serviço e a intenção é evitar que os bens do crime sejam confiscados, então, o advogado deve ser punido pelo branqueamento de capitais, por sua conduta se subsumir no art.º 24º, n.º 3 da LLCCV.

5.3. Tentativa

A tentativa acontece quando o autor inicia a execução do crime, mas não há consumação por facto alheio à sua vontade. Nos termos do art.º 22º n.º 1 do CP cabo-verdiano, a tentativa só é punível “quando ao respectivo crime consumado corresponder pena superior a três anos de prisão”. O que acontece com o crime de branqueamento, como vem regulado no art.º 24º n.º1 da LLCCV.

¹¹⁸ COBO DEL ROSAL, Manuel, “La recepción de las normas de la Comunidad Europea en la legislación penal contra el blanqueo de capitales” in *Studi in onore di Giorgio Marinucci, Parte Speciale del Diritto Penale e Legislazione Speciale Diritto Processuale Penale Diritto, Storia e Società III*, Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2006, p. 2254.

Consideremos o caso de um traficante de droga que se dirigiu a uma agência imobiliária, com o dinheiro do crime, para adquirir bens imóveis destinados a comercialização futura. Quando foi confrontado com a origem do dinheiro, ele mentiu. Entretanto, a imobiliária comunicou à Unidade de Informação Financeira e esta ao Ministério Público.

O branqueador, ao ter conhecimento disto, resolveu não adquirir o imóvel. Neste caso pode ser punido pela tentativa de branqueamento. Na nossa opinião ele praticou actos de execução previsto no art.º 21 n.º2 al. a).

5.4. Motivos da Ineficácia da lei anti-branqueamento

“O combate determinado e sem quartel ao branqueamento de vantagens ilícitas (...) é, sem dúvida, um dos grandes desafios que se colocam às nações modernas e desenvolvidas do século XXI”.¹¹⁹

Cabo Verde tem cumprido sempre as recomendações internacionais no que tange à legislação penal contra o branqueamento de capitais. Contudo, o combate a este crime continua a ser ineficaz, quer na vertente preventiva quer repressiva.

Em Cabo Verde, desde 1993, que se consagrou o crime de branqueamento de capitais (primeiro apenas dos provenientes do tráfico de droga - Lei nº. 78/IV/93, de 12 de Julho). Contudo, nota-se que as vertentes preventiva e repressiva da lei contra o branqueamento de capitais têm falhado, visto que acontecem inúmeros casos de violação da lei anti-branqueamento e são escassos os casos de investigação bem sucedidos. Por conseguinte, os casos em que chega a haver investigação e acusação raramente dão lugar a condenação.

¹¹⁹ BAPTISTA, João de Castro e BRANCO, José Pedro de Aguiar, “Crime de branqueamento – o papel do advogado: auxiliar da justiça ou da sequele criminal” ” in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa:Editorial Juruá, 2010,p. 386.

Segundo dados existentes no Núcleo de Registos de Processos e Estatísticas da Direcção Central da Polícia Judiciária de Cabo Verde, de 2004 a 2008, foram registados 12 processos-crimes por branqueamento de capitais, 6 foram enviados ao Ministério Público para acusação, 1 foi arquivado e 5 ainda se encontravam naquela altura a ser investigados, 8 desses processos tiveram origem nas comunicações dos bancos, dois advieram da apreensão de grandes quantidades de dinheiro em euros, no aeroporto Nelson Mandela, na Cidade da Praia, um teve origem em comunicação da polícia judiciária Portuguesa, e outro teve origem num processo de tráfico de drogas.

Segundo a mesma fonte, de 2002 a 2004, os bancos raramente comunicavam estas operações. Foi a partir de 2004 que alguns bancos passaram a comunicar, esporadicamente, as operações suspeitas. Há presunção que nem 10% das operações suspeitas foram comunicadas às autoridades.

Até à data, só houve duas condenações pelo crime de branqueamento, ambos tendo como crime precedente o tráfico transnacional de drogas, conectado à criminalidade organizada. Os casos atrás mencionados ficaram conhecidos nos *media* como “voo da águia” e “lança voadora”.

Assim, podemos verificar que há uma ineficácia no combate ao branqueamento de capitais. Parece-nos que andamos próximo de um direito penal simbólico, em que o legislador (políticos/governantes), devido à pressão pública, usa e abusa do direito penal e cria um tipo penal sem eficácia, com a finalidade de agradar à comunidade internacional, à comunicação social e ao eleitorado, a fim de amealhar votos, violando, desta forma, os princípios penais de *ultimo ratio* e de estrita necessidade. Políticos e governantes não recorrem a outros ramos do direito ou a outros

meios de política social por os resultados tardarem e serem incertos. Além disso, a excessiva amplitude da incriminação (que procura a todo o custo evitar lacunas de punibilidade) pode gerar mais danos (para os direitos e liberdades fundamentais) do que aqueles que pretenderia evitar.

O carácter simbólico da intervenção penal neste domínio manifesta-se através da:

5.4.1. *Inexistência de condições materiais de investigação e ao nível das novas tecnologias de informação e telecomunicação* para fazer face aos crimes modernos. Se a infracção é moderna, o combate terá que ser também moderno.

5.4.2. *Escassa comunicação por parte das instituições colaboradoras*: da parte do Estado terá que haver uma maior mobilização dos colaboradores.

5.4.3. *Inexistência de um sistema de cooperação interna e internacional*: a nosso ver, o sucesso do combate ao branqueamento de capitais passa pelo cruzamento de informação entre todos os intervenientes com a função de lutar contra o branqueamento de bens. Este cruzamento tem que ser efectivado quer a nível nacional, quer a nível internacional. Com a globalização e plurilocalização da acção criminosa, um Estado isolado não terá força nem condições para fazer face a este mal, devido à inexistência de um tribunal internacional para o combate a este crime. A cooperação internacional é fundamental para o sucesso desse combate.

5.4.4. *Investigadores, magistrados judiciais e polícia judiciária sem formação especializada*: em Cabo Verde há um problema de lentidão judicial e judiciária que faz com que o combate ao branqueamento de capitais seja pouco eficaz. O aparelho judicial e judiciário não funciona com a rapidez, e por outro lado, apresenta resultados quase nulos. A questão da

falta de formação adequada dos quadros do ministério público e da magistratura judicial foi notória recentemente no julgamento do caso “lanha voadora”, em que depois da desistência de dois procuradores, a procuradoria nacional teve grande problema em encontrar juízes preparados para os substituir. O mesmo aconteceu com a formação do colectivo de juízes para o julgamento. Devido ao número insuficiente de juízes para compor o tribunal colectivo, tiveram que recorrer a um juiz que durante a sua carreira só trabalhou na área civilista.

5.4.5. *Inexistência dos sistemas legais de escutas telefónicas, do agente infiltrado e encoberto*: não há legislações que regulam estes meios de combate à criminalidade organizada.

5.4.6. *Desconhecimento social da gravidade do crime de branqueamento de capitais*: o crime de branqueamento, por não ter vítima individualizada, raramente é denunciado, ao que acresce o desconhecimento social da danosidade desse tipo de crime.

CONCLUSÃO

A presente indagação não tem como objectivo trazer novidades, antes usando das bibliografias existentes, tentou-se esclarecer alguns pontos antagónicos doutrinários e jurisprudenciais e, também fazer uma reflexão no que concerne a ineficácia da lei de lavagem de capitais cabo-verdiana.

Em forma de conclusão, pode-se dizer que o branqueamento de capitais é um crime que já vem praticado desde a sedentarização do Homem e o surgimento dos centros urbanos. Contudo, nesta época, não era tão gravosa como é na actualidade. Importa referir que na sua evolução o marco importante foi o celebre caso Al Capone, criminoso que ano 1925 usou as lavandarias para legitimar os produtos do crime, no entanto, na altura por este facto não ser crime, acabou por ser impune no que se refere ao branqueamento e condenado por fraude fiscal.

Entretanto, foi com o fenómeno da globalização que muitas empresas dos crimes organizados expandiram as suas actividades. Por isso, na década de oitenta, a comunidade internacional, ONU, chamou a si a luta contra a reciclagem dos produtos do crime com a Convenção de Viena de 1988. A partir daí, houve proliferação internacional de legislação anti-branqueamento. Porém essas legislações internacionais têm sido ineficazes, visto que as organizações internacionais e supranacionais só legislam sobre a vertente preventiva, deixando a vertente repressiva aos critérios dos Estados.

Ora, o branqueamento é entendido como transformação do produto do crime em produto com aparências lícitas, passando pela fase de colação, conversão e integração.

As técnicas usadas pelos branqueadores são diversas e cada vez mais sofisticadas, o que dificulta a tarefa investigatória. Actualmente,

raramente usam os sectores financeiros para legitimar os produtos do crime, devido às fiscalizações existentes.

A consequência do branqueamento é nefasto, podendo colocar em risco a própria existência do próprio Estado do Direito democrático. E, considera-se a luta contra o branqueamento de capitais fundamental para fragilizar as empresas do crime.

A matéria de muita controversa doutrinária é a questão do bem jurídico protegido pela incriminação do branqueamento de capitais. Ao nosso ver, o bem jurídico defendido é a realização da justiça, impedimento do Estado na detecção e o confisco dos produtos que provêm de um crime subjacente.

Outra matéria de muita controversa é a questão do concurso efectivo entre o branqueamento e o crime precedente, ou seja, possibilidade do autor ou cúmplice do crime prévio ser punido pelo branqueamento. Consideramos que o autor ou cúmplice do crime subjacente também pode ser punido pelo crime de branqueamento.

Cabo Verde desde 1993 tem regulado o crime de branqueamento na lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho, onde o crime precedente era somente o tráfico de droga. Posteriormente, pela lei n.º 17/ VI/ 2002, onde constava uma listagem dos crimes subjacentes e actualmente pela lei n.º 38/VII/2009 de 20 de Abril, onde qualquer crime pode ser antecedente do crime de branqueamento de capitais.

Até a data, em Cabo Verde só houve duas condenações pelo crime de branqueamento e ambos tendo como crime precedente o tráfico de droga. Em virtude disto, é inegável que existe muitos casos de branqueamento de capitais. Assim, consideramos que a lei cabo-verdiana anti branqueamento é ineficaz, razão que nos leva a afirmar que estamos perante o simbolismo penal. Muitas vezes, o Estado cria um tipo penal por causa da pressão, violando princípios clássicos do direito penal e não

impulsionando a sua eficácia, visto que a sua luta pode ser muito custosa para o próprio Estado.

Em suma, esperamos ter conseguido elucidar, de maneira satisfatório, este tema, contribuindo para o enriquecimento do estudo do mesmo. Apesar do trabalho ser curto, a pretensão não é de esgotar o assunto, mas sim, procurar trazer de melhor maneira um contributo para o melhor entendimento e análise do tema.

BIBLIOGRAFIA

ALBURQUERQUE, Paulo Pinto de, “Comentário do código penal: à luz da constituição da república e da convenção europeia dos direitos do homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

ARÁNGUEZ SÁNCHEZ, Carlos, “El delito de blanqueo de capitales”, Madrid – Barcelona: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales SA, 2000.

ASCENÇÃO, José de Oliveira, “Branqueamento de capitais: reacção criminal”, *in Estudos de Direito Bancário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.

BANDEIRA, Gonçalo Sopas De Melo, “O Crime de “branqueamento” e a criminalidade organizada no ordenamento jurídico português no contexto da União Europeia: novos desenvolvimentos e novas conclusões” *in Análise dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010.

BAPTISTA, João de Castro e BRANCO, José Pedro de Aguiar, “Crime de branqueamento – o papel do advogado: auxiliar da justiça ou da sequela criminal” *in Análise dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010.

BERNASCONI, Paolo, “Il riciclaggio de fondi di origine criminosa: cenni comparatistici di diritto penale bancario”. *in MILANI, Dott – Nueve Prospettive Di Diritto Penale Bancario*, CEDAM – Casa: Ed Padova, 1988.

BRANDÃO, Nuno, “Branqueamento de capitais: o sistema comunitário de prevenção”, Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

BRAVO, Jorge dos Reis, “Criminalidade económico-financeira e organizada: um desafio sem resposta? Para um conceito estratégico de

prevenção e combate à criminalidade económico- financeiro e organizada”, *in Revista do CEJ*, n.º16, 2º Semestre 2011, p.155.

CABRAL, Jorge de Almeida, “O crime de branqueamento de capitais”. *in Blanqueo de Dinero y Corrupción en el Sistema Bancário: Delitos Financieros, Fraude y Corrupción en Europa*, Coord.: Juan Carlos Ferré Olivé, Enzo Musco, *et tal*, Vol.II. Salamanca: Ed. Universidade de Salamanca, 2002.

CAEIRO, Pedro, “ A consunção do branqueamento pelo facto precedente: (em especial: (i) as implicações do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2007, de 22 de Março; (ii) a punição da consunção impura” *in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Figueiredo Dias*, Org. Manuel Costa Andrade, Maria João Antunes, *et tal*, vol.III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

CALLEGARY, André Luis, “Problemas pontuais da lei de lavagem de dinheiro”. *in Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 8, Jul./Set. 2000, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

CANAS, Vitalino, “O Crime de branqueamento: regime de prevenção e de repressão”, Coimbra: Almedina, 2004.

CARAPIÇO, Helena, “ O crime organizado e as novas tecnologias: uma faca de dois gumes, *in Revista Nação e Defesa*, 3ª Série, n.º111, Verão de 2005.

COBO DEL ROSAL, Manuel, “La recepción de las normas de la Comunidad Europea en la legislación penal contra el blanqueo de capitales” *in studi in onore di Giorgio Marinucci, Parte Speciale del Diritto Penale e Legislazione Speciale Diritto Processuale Penale Diritto*, Storia e Società III, Milano : Dott.A. Giuffrè Editore, 2006.

CORDERO, Isidoro Blanco, “La lucha contra el blanqueo de capitales procedentes de las actividades delictivas en el marco de la Unión Europeas”, in *EGUZZILORE: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología*, San Sebastián, n.º 15, Dez. 2001.

COSTA, José Faria, “Direito penal económico”, Coimbra: Editora Quarteto, 2003.

DAVIN, JOÃO, “O branqueamento de capitais”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 23, n.º91, Jul-Set 2002.

DUARTE, Jorge Dias, “Branqueamento de capitais: O Regime do D.L.15/93, de 22 de Janeiro e a normativa internacional” Porto: Publicações Universidade Católica, 2002.

- “Branqueamento de vantagens de proveniência ilícita” in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa:Editorial Juruá, 2010.

FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A. “El delito de blanqueo de capitales”, Madrid: Colex, 1998.

FERRAJOLI, Luigi, “Criminalidade e globalização” trad. de Eduardo Maia Costa, in *Revista do Ministério Público*, Ano 24, n.º96, Out- Dez de 2003.

FILHO, Vicente Greco, “Tipicidade, Bem jurídico e a Lavagem de Valores” in *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais Visão Luso Brasileira*, Coord. José de Faria Costa e Marco António Marques Silva, São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2006.

FONSECA, Jorge Carlos, “O crime de lavagem de capitais: uma perspectiva crítica dogmática e de política criminal, em especial a partir da

experiência legislativa cabo – verdiana”, in *ASFIC- PJ E IDPCC – FDUL (Org.)*, 2.º Congresso de Investigação Criminal, Coimbra: Almedina, 2010.

GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes, “Do crime de «branqueamento» de capitais: introdução e tipicidade”, Coímbra: Almedina. 2001.

MARTINS, A.G. Lourenço, “Branqueamento de capitais: contra-medidas a nível internacional e nacional”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Ano 9,Fasc.3,Jul/Set. 1999, Coimbra: Coimbra editora.

MENDES, Paulo de Sousa, “O branqueamento de capitais e a criminalidade organizada”. in *Estudos de Direito e Segurança*, Coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira, Coímbra: Almedina. 2007, p.337.

MUÑOZ CONDE, Francisco, “ Derecho penal: parte especial, Valencia: Tirant lo blanch, 2004.

ORTIZ de URBINA, Eduardo de Porres, “Técnicas de blanqueo de capitales”. in *Estudios de Derecho Judicial*, n.º73, 2005.

PAÚL, Jorge Patrício, “ A banca perante o branqueamento de capitais” in *Revista da Banca*, n.º 26, Abril – Junho de 1993.

PRADO, Luis Regis, “ Direito penal económico” 4ª. Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais,2011.

RIFFAULT, Jacqueline, “Le blanchiment de capitaux illicites: le blanchiment de capitaux en droit comparé”. in *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*. n.º 2, Avril/Juin. 1999, Dalloz.

SANTIAGO, Rodrigo, “O branqueamento de capitais e outros produtos dos crimes”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 4, Outubro – Dezembro de 1994, Coimbra: Coimbra editora.

SANTOS, Priscila Pamela dos, “Apontamentos acerca da origem e evolução histórica: terminologia e evolução legislativa do injusto penal da lavagem de capitais”, in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa:Editorial Juruá, 2010.

SATULA, Banja, “Branqueamento de capitais”. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

SILVA, Germano Marques, “ O crime de branqueamento de capitais e a fraude fiscal como crime pressuposto”, in *Análise Dogmática e Doutrina Comparada Luso Brasileira*, Coord. de Luciano Nascimento Silva e Gonçalo Sopas de Melo Bandeira, Lisboa: Editorial Juruá, 2010.

STRATENWERTH, Günter, “A luta contra o branqueamento de capitais por meio de direito penal: o exemplo da Suíça”, in *Lusitana /Direito*, série II, n.º 3, 2005.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, “Tráfico de drogas e branqueamento (de capitais): duas grandes faces da criminalidade organizada.” in *Direito e Cidadania*. n.º 25/26, Quadrimestral, 2006/2007.

VILARDI, Celso Saches, “ O crime de lavagem de dinheiro e o início de sua execução”, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Março-Abril de 2004.

Jurisprudência Portuguesa

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Março de 2007 disponível

em:<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b3054e9c1b1eb8b9802573b7003ad380?OpenDocument>

Acórdão do Tribunal de Relação do Porto 21/03/2013 disponível em:
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/709e23481fb5eec580257b4e003a2893?OpenDocument>

Jurisprudência Cabo-verdiana

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 98/ 2010

ANEXO

Excerto do ACÓRDÃO do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde N.º98/2010

A outra questão levantada pelo recorrente consiste em saber de o agente da infracção prévia ou principal – no caso, o agente do crime de tráfico – pode também ser punido pelo branqueamento.

Trata-se afinal de saber se pode haver concurso real da infracção principal de tráfico com a infracção secundária de branqueamento, questão a qual o recorrente responde negativamente – estribando-se no ensinamento do Prof. Oliveira Ascensão.

A questão, diga-se desde logo, liga-se directamente com a identificação do bem jurídico tutelados pelas infracções em tela. Se se concluir pela diversidade da sua natureza, forçoso será concluir pela acumulação real.

Ora, conforme amplamente defendido pelo Prof. Eduardo Correia, “o número de infracções determina-se pelo número de valorações que, no plano jurídico-penal, correspondem a um certa actividade. Assim, se diversos valores ou bens jurídicos são negados, outros tantos crimes haverão de ser contados. Inversamente se um só valor é negado, só um crime existirá. Sendo o tipo legal portador da valoração de uma conduta como ilícita, pela ordem jurídica, então é a unidade ou a pluralidade de tipos legais que nos fornece o critério básico de distinção de infracções. Porém, se tiver sido violado mais que um tipo de crime, haverá ainda que averiguar se, pelas relações que intercedem entre as várias disposições legais, a aplicação de uma exclui ou não a aplicação de outras. No primeiro caso, estaremos perante uma hipótese de concurso aparente de infracções; no segundo perante uma situação de concurso real”.

E claramente que são de natureza diversa os bens jurídicos protegidos pelo crime de tráfico e pelo crime de branqueamento de capitais. “No tráfico protege-se primordialmente a saúde pública dos cidadãos, afectada significativamente pela disponibilidade de drogas sem propriedades terapêuticas ou, quando as reúnam, fora dos circuitos normais do mercado. No branqueamento visa-se a protecção de interesses económicos e financeiros, com relevo saliente para a preservação da concorrência leal entre empresas e pessoas singulares, para a não contaminação das instituições financeiras por capitais de proveniência ilícita abalando a confiança dos cidadãos e os princípios éticos que devem ser o esteio dos Estados”.

Nada impede pois que o agente do crime (precedente) de tráfico seja autor do crime de branqueamento. Praticando factos típicos que os concretizam, pode sim ser punido pela prática de ambos, em concurso real.

Entende ainda os recorrentes que não foram deduzidos factos integradores do tipo subjectivo do branqueamento.

Por certo que a arguição não visa questionar o conhecimento da proveniência ilícitas dos capitais, já que aos arguidos são também imputado a autoria da infracções precedentes.

E é também certo que aquando ao outro elemento do tipo subjectivo, a intenção de ocultar ou dissimular a origem ilícita do capital, decorre com nitidez da materialidade das operações que estas visaram não só impedir a detecção da actividade geradora de tais proventos mas também permitir a sua utilização de forma imperturbada.



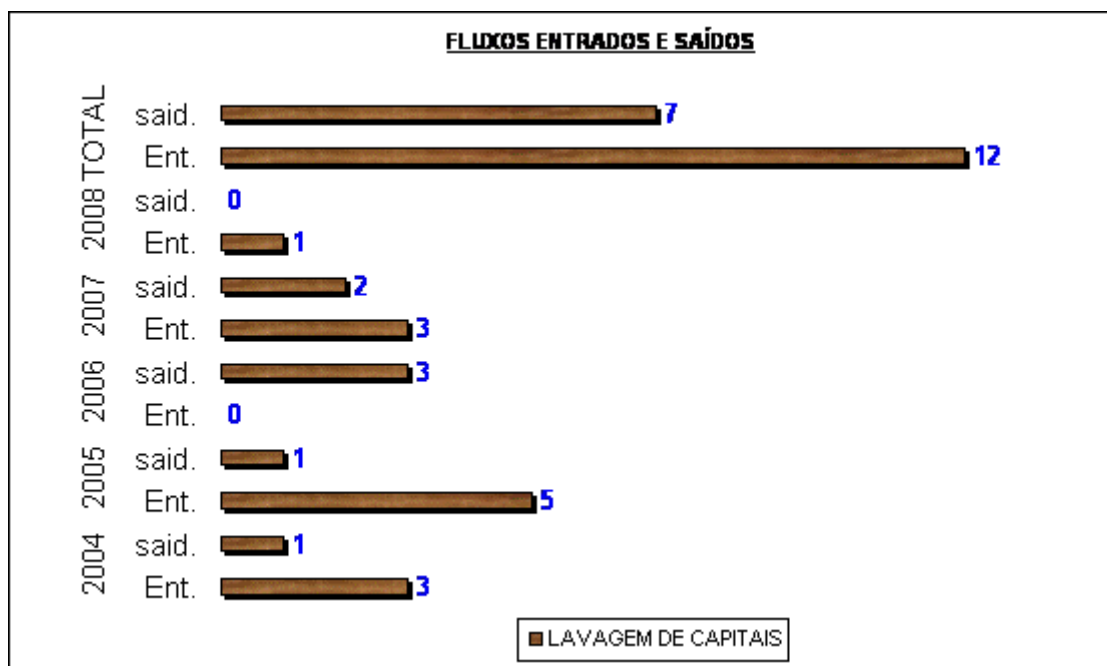
POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECÇÃO CENTRAL

Núcleo de Registos de Processos e Estatísticas

QUADRO I

Crime	2004		2005		2006		2007		2008		TOTAL	
	En t.	sai d.	En t.	sai d.	En t.	sai d.	En t.	sai d.	En t.	sai d.	Ent .	sai d.
LAVAGEM DE CAPITAIS	3	1	5	1	0	3	3	2	1	0	12	7





POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECÇÃO CENTRAL

Núcleo de Registos de Processos e Estatísticas

QUADRO II

LAVAGEM DE CAPITALIS

	Acusação	Arquivo	TOTAL
2004	1	0	1
2005	1	0	1
2006	3	0	3
2007	1	1	2
2008	0	0	0
TOTAL	6	1	7

ÍNDICE

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
MODO DE CITAR	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	V
DECLARAÇÃO DE NÚMERO DE CARATERES	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
INTRODUÇÃO	1
I	4
EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL DO CRIME “BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS”	4
1. História	5
2. Legislação e medidas internacionais contra o branqueamento de capitais	8
II	20
DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS	20
1. Conceito	21
2. A expressão “branqueamento de capitais”	23
3. Etapas ou Fases do branqueamento de capitais	26
4. Modus Operandi	32
5. Factores que propiciam o branqueamento de capitais	38
6. Consequência	44
7. Distinção de figuras afins	47
III	52
NORMAS PENAIIS CABO-VERDIANAS CONTRA O “BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS”	52

1. A lei de Droga, lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho	53
2. A lei n.º 17/ VI/ 2002	56
3. A nova lei anti-branqueamento: Lei n.º 38/VII/2009 de 20 de Abril	56
4. Regime Preventivo	58
5. Vertente Repressiva	64
BIBLIOGRAFIA	96
ANEXO	102